



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA DE VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS-----

-----ATA NÚMERO SEIS DE DOIS MIL E VINTE E SEIS-----

-----Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, e em cumprimento de convocatória emanada nos termos do disposto na alínea b), no n.º 1, do artigo 12º do seu Regimento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Moura, no Salão Nobre dos Paços do Concelho em Moura, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Senhor André Eduardo Tita Gonçalves, coadjuvado pela Senhora Maria do Carmo Cerejo Gonçalves Sampaio e pela Senhora Maria Fialho Godinho Borralho Cabrita, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária em exercício.-----

-----Assinaram a Lista de Presenças (**DOC.01/06**), para além dos mencionados, os seguintes membros:-----

-----Rodrigo Manuel Lampreia Martins; António José Gonçalves Monteiro; Ana Maria Charrama Farinho; Paula Cristina Barão Ramos; Mário da Costa Daniel; João Augusto Espadeiro Ramos; João António Ramos Diniz; João Francisco Torrado Guerreiro; Maria José Fialho Silva; António José dos Santos Gomes; José Maria Prazeres Pós-de-Mina; Serafina dos Santos Costa Patrício; Maria de Fátima Bastos Ramos Ramalho; José Francisco Lúcio Galego; José Gonçalo Garradas Valente; José Manuel Chaparro Neves; Rui Manuel Ramalho Almeida; Natália de Jesus Costa Oliveira Pão-Duro; Tiago António Lucas Batista - Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja; Manuel António Patinho Correia - Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de São Miguel; Hélder Manuel Túbal Raposo – Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça; Francisco Manuel Canudo Sena - Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador; Helena de Fátima Caeiro Amaro – Presidente da Junta de Freguesia de Safara e José Manuel da Palma Morais – Presidente da Junta de Freguesia de Santo Aleixo da Restauração.-----

Ata N.º 6 – Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----A Câmara Municipal de Moura esteve representada pelo Senhor Presidente, Álvaro José Pato Azedo e pelos senhores vereadores André Albino Linhas Roxas; José Francisco Calado Banha; Maria Helena Gomes da Costa Pais; Teresa Dolores Soares Infante e Rui Pedro de Jesus Rodrigues.-----

-----Nos termos dos artigos 27º e 28º, do Regimento da Assembleia Municipal, pediram substituição, por um dia, que foi apreciada e aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal, os seguintes membros: -----

-----Gabriel Gustavo Boto Ramos, tendo sido substituído pelo Senhor Rodrigo Manuel Lampreia Martins e o Senhor Manuel Martinho Franco Lavaredas Bio, tendo sido substituído pelo Senhor António José Gonçalves Monteiro -----

-----Verificou-se a ausência do vereador Luis Pedro Silva Rico, da bancada da CDU. -----

-----Às vinte e uma horas constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a segunda reunião da sessão. -----

-----O senhor Presidente informou que seguidamente iriam passar à Ordem do Dia. -----

-----ORDEM DO DIA-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal saudou o senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Eleitos, Presidentes de junta, Funcionários, Técnicos do Município e Público. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia informou que iriam dar continuidade à discussão do ponto catorze, apreciação da informação do excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Moura, informando que já havia eleitos inscritos da reunião da noite anterior e que iriam iniciar pela ordem que tinha ficado na noite anterior.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

M. Almeida

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Sobral da Adiça, Hélder Raposo cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, colegas eleitos, público e informou que em primeiro lugar pretendia que as questões que tinha colocado na noite anterior fossem respondidas, uma vez que apenas tinha sido respondida uma pergunta que tocava à questão do telhado da EB Um, solicitando que o senhor Presidente da Câmara respondesse.-----

-----Tomou a palavra o senhor Vereador José Banha cumprimentando o senhor Presidente da Assembleia, a excelentíssima Mesa, os senhores eleitos, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores e público.-----

-----Prosseguiu frisando que iria tentar responder às questões e disse:-----

-----*“Uma das questões que tinha a ver com a Rua da Igreja estar encerrada, este é um processo um pouco complexo porque pressupunha também a retirada da pessoa da habitação por perigo, está sendo feita a avaliação social dessa pessoa e ao mesmo tempo, foi feita a avaliação hoje, nova comissão de vistoria da avaliação da casa, ou seja, do edifício por dentro, digamos assim. Não tinha sido possível ainda lá entrar, a avaliação e a vistoria que estava feita tinha sido só feita ao muro exterior, que é aquilo que está a impedir a circulação naquela via, daquilo que for agora o resultado da Comissão, assim iremos atuar em breve e daremos conhecimento à Junta de Freguesia e ao seu Presidente.*-----

-----*Em relação à sala da EB Um, a sala que entretanto foi desocupada e que se arranjou uma solução que foi irem para a biblioteca, foi feita uma avaliação também pelos técnicos da Câmara, que ainda não conseguem ir acima do telhado porque é uma questão de infiltrações no teto e a questão do telhado ainda está um pouco instável, nomeadamente com a humidade, mas aquilo que vai ser feito é que nos próximos dois dias vão tentar reparar a situação da cobertura que tem a ver com as infiltrações e depois, naturalmente, temos que esperar ainda alguns dias para que a nódoa, digamos assim, da humidade que existe no teto, fruto dessa situação se possa resolver. Passado esse período, há uma análise técnica, para ver se há possibilidade dos meninos regressarem à sala em segurança.*-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Em relação às vias municipais, aquilo que nós temos e é conhecimento também dos senhores Presidentes de Juntas é que existe uma brigada do asfalto, que vai percorrendo todas as localidades. Há coisa de um mês estiveram no Sobral da Adiça, entretanto, saíram ou foram para a Amareleja, agora está previsto ir para Santo Amador, está na programação Santo Aleixo da Restauração, depois vai Safara e depois vai outra vez ao Sobral da Adiça. -----

-----Em relação às outras vias, aos caminhos também dizer que existe uma adjudicação feita, uma contratação feita, já há algum tempo por indicação dos Presidentes de Juntas ainda do ano passado. Infelizmente a pessoa que está a fazer este trabalho ainda não os concluiu, não é por culpa do município. Entretanto começou o período de chuva mais intenso e o empreiteiro, digamos assim, a pessoa que está a fazer esse serviço ainda não fez e penso que no Sobral ainda não fez caminho nenhum, daqueles dois que foram identificados. Para futuro olhando para aquilo que temos pela frente, estamos a fazer o levantamento das vias que estão mais afetadas e que precisam de intervenção e teremos que lançar novo procedimento em breve, juntando todos esses caminhos. -----

-----Em relação à cobertura na outra escola, do outro edifício, o Presidente da Junta de Freguesia do Sobral sabe, está com um remendo para que a água não entre. Foi também já passada a informação aos técnicos e vão retirar uma telha e vão tentar comparar com o que nós temos aí, da possibilidade de podermos reparar com telhas iguais àquelas que lá estão e com a brevidade possível também acontecer, porque só a partir desta semana, quando estamos a falar em coberturas, só a partir desta semana é que é minimamente viável ir para cima dos telhados e tentar reparar essas situações. -----

-----A Ribeira da Perna Seca é aquela situação em que, a zona urbana neste momento teve algumas situações que se foram apresentando e que vão ter que ser reparadas e foram apresentadas durante aquele período em que estivemos aqui com maior intensidade de problemas. Com as chuvadas que houve a montante e a jusante vamos ter que tratar de fazer uma intervenção que também é difícil, por isso é que nós falámos ontem aqui da necessidade de ficar por conta da Junta na totalidade, porque a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Câmara também tem essa dificuldade, que é resolver o problema da zona verde com a malha que lá existe, essa é que é a grande dificuldade que já foi feita uma vez e vamos naturalmente este ano, arranjar uma solução também para isso e depois logo falaremos com a Junta a seguir a esse passo.”-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iriam prosseguir com um bloco de quatro perguntas e posteriormente era dada a palavra ao Executivo para responder. -----

-----No uso da palavra o eleito José Gonçalo Valente cumprimentou o senhor Presidente da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os companheiros e eleitos, deputados da Assembleia Municipal. -----

-----O eleito frisou que em nome da bancada da CDU gostaria de colocar duas questões ao Senhor Presidente da Câmara, uma delas estava diretamente relacionada com o compromisso que o senhor Presidente assumiu relativamente à prestação de informações complementares na última Assembleia em concreto à eleita Diamantina Escoval. O eleito frisou que por aquilo que tinha observado nas atas já várias vezes, tinha sido assumido, inclusivamente que, para alguma documentação, que sempre que se justificasse seria apensa a documentação que levasse mais informação, e por aquilo que os eleitos se aperceberam também ainda não sucedeu. O eleito informou que podia relembrar o senhor Presidente da Câmara relativamente ao projeto da variante, informação que o Senhor Presidente se tinha comprometido enviar um pequeno relatório para todos os partidos com assento na Assembleia Municipal para que pudessem saber os dados da reunião e quais tinham sido os passos dados, no tocante a uma reunião tida, no âmbito desse projeto. -----

-----O eleito prosseguiu frisando que em relação à sessão da Assembleia passada, ficou por responder a questão relativa à monitorização da Carta Educativa e depois a propósito do PDM, citando as palavras do senhor Presidente da Câmara “*agora há dinâmicas, ele foi publicado em setembro há investimentos que as pessoas não fizeram que ficaram a aguardar este novo PDM, que agora, vão-se começar a despoletar*” também tinha ficado de prestar informações relativamente a prazos e o eleito mencionou que pretendia alguma informação complementar para que os eleitos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

pudessem executar da melhor maneira possível o dever de fiscalização, solicitando que essa informação também lhes pudesse chegar com a brevidade possível. -----

-----O eleito frisou que uma outra questão que foi colocada na última Assembleia Municipal e que depois não foi respondida, dizia respeito ao processo do IMI das barragens da EDIA e que a questão que tinha sido colocada dizia respeito aos valores que estariam envolvidos e qual era o eventual benefício para o Município de Moura, se já tinha havido algum desenvolvimento e se já sabiam eventualmente, quais eram os montantes que estavam envolvidos nesse processo. -----

-----No uso da palavra a eleita Fátima Ramalho cumprimentou os presentes e referiu que não tinha propriamente uma questão para colocar, pretendia prestar um agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara e a todo o executivo, uma vez que na sessão anterior os eleitos da CDU ficaram esclarecidos de uma dúvida que lhes persistia, que era o facto de, em reuniões de assembleias anteriores, o senhor Presidente da Câmara, ter garantido que mesmo que a obra do centro de saúde não fosse totalmente concluída com a verba do PRR que o senhor Presidente da Câmara asseguraria a obra. A eleita ressaltou que estavam os eleitos da bancada da CDU deveras preocupados com isso, uma vez que, caso a obra fosse paga pelo Município, era dinheiro que seria retirado aos fundos do Município. Frisando a eleita que acabou por ficar mais descansada, uma vez que após a reunião do senhor Presidente da Câmara com a senhora Ministra, foi garantido que o Estado iria assegurar toda a verba que não vier do PRR por causa dos atrasos, portanto, a eleita pretendia deixar um agradecimento pelo esclarecimento que foi feito.-----

-----No uso da palavra o eleito João Guerreiro cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia, cumprimentou a excelentíssima Mesa, cumprimentou o senhor Presidente da Câmara e os vereadores eleitos, membros eleitos, funcionários do município e restante público. -----

-----O eleito frisou que pretendia fazer uma correção ao texto que foi entregue aos eleitos, onde constatou que na página cinco, ponto noventa e um na terceira linha “uma vez que o Conselho Municipal de Segurança reuniu no dia sete”, frisando que não foi em dois mil e vinte e cinco, mas sim em dois mil e vinte e seis.-----



-----Prosseguiu o eleito frisando que aproveitava as palavras do senhor Presidente da Câmara, que o eleito entendeu como benignas, quando referiu que como o eleito estaria do outro lado, passou a citar “*estaria menos preocupado com a realização da obra*”, e o eleito pretendia intervir no sentido de frisar que não estava menos preocupado. O eleito reforçou que, pelo contrário, estava muito preocupado com a realização da obra e passou a explicar porquê. O eleito referiu que desde logo, como membro eleito da Assembleia a sua responsabilidade estava aumentada para com os profissionais que dirigia no sentido de zelar pelo seu bem-estar e as condições de trabalho que iriam encontrar quando a obra começasse. Prosseguiu o eleito frisando que tanto mais assim era, que os técnicos da empresa ficaram muito espantados, uma vez que, os elementos que não foram deslocados à semelhança dos profissionais do centro de saúde, foi da opinião deles que esses colaboradores também deveriam ter sido deslocados porque iriam sofrer com barulho, com poeiras e ressaltou o eleito que mais do que os próprios, iriam ser os doentes que iriam sofrer com esse barulho e poeiras e que, quando começasse a obra lá estariam os técnicos para testemunhar o que iria acontecer.-----

-----O eleito prosseguiu ressaltando que pretendia mencionar a sua preocupação porque considerava que o Centro de Saúde e a urgência de Moura eram dois equipamentos de vital importância para o Concelho e não só. Frisou o eleito que havia um perímetro que servia e que quanto mais tempo levasse a obra a não ser feita e, não ser terminada, os profissionais estavam a trabalhar em condições precárias e os munícipes não teriam os cuidados de saúde devidamente prestados com a dignidade que lhes era devido. O eleito ressaltou que reconhecia que os profissionais do centro de saúde estavam muito bem instalados, no entanto estava a referir-se concretamente aos profissionais do SUB. O eleito prosseguiu frisando que a empresa tinha estado a efetuar marcações nas paredes com um spray que inalou um cheiro pela SUB, em que havia doentes respiratórios e que sentiram e se queixaram e que o funcionário da empresa frisou que era só o começo e que se preparassem para uma coisa pior e o eleito pretendia deixar essa preocupação na Assembleia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Prosseguiu o eleito João Guerreiro frisando que outro ponto se prendia com o desempenho do Conselho de Administração da ULSBA, e que o próprio acompanhava totalmente o elogio, porque se considerava a pessoa que estava em melhores condições ou tinha condições privilegiadas para avaliar o desempenho de um órgão dessa natureza. -----

-----Prosseguiu o eleito referindo que o Conselho de Administração da ULSBA, tendo um Presidente que não era da zona, tinha sido um Presidente que identificava que sempre teve preocupação em fazer e era benéfico do seu ponto de vista. No entanto, o eleito também pretendia dizer que sendo o CA, um órgão de cariz político e não era naturalmente, um órgão operacional, uma vez que quem operacionalizava a questão da obra do centro de saúde eram chefias intermédias, no entanto, sendo um órgão político, o eleito referiu que, em última instância, para o bem e para o mal, esse órgão tinha que assumir as responsabilidades políticas da obra. -----

-----Tomou a palavra o eleito João Ramos renovando os cumprimentos da noite anterior e referiu que pretendia solicitar, antes das questões que pretendia colocar relativamente à primeira intervenção que fez no ponto de fiscalização de atos da Câmara, frisando que estava em voga solicitar que as atas estivessem em “ipsis verbis” aquilo que se dizia, tendo em conta que houve confusão relativamente à natureza interrogativa ou afirmativa da sua intervenção, frisou o eleito que era importante que na ata viesse transcrito “ipsis verbis”. -----

-----O eleito João Ramos prosseguiu e disse: -----

-----*“Gostava de colocar algumas questões, senhor Presidente da Câmara. Uma primeira, não é algo que seja da responsabilidade da Câmara é relativamente à rede viária da responsabilidade da IPI, mas que julgo que a Câmara poderá fazer pressão, uma vez que, neste período de chuvas verificou-se, que muitas vezes as estradas nacionais tinham dificuldades, porque havia entrada de água para as vias, porque a manutenção não está feita, não é mantida e este é mais um exemplo daqueles que aquela ideia do Estado mínimo é má aqui para a gente que está longe de tudo. Porque contratam-se umas empresas para virem limpar as bermas de vez em quando e às vezes até vêm já no período em que não deviam vir. E relativamente ao escoamento*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

M. Malint

da água, acontece a mesma coisa, ainda agora, quando vinha para a Assembleia naquela entrada da Atalaia Magra continua a correr água por dentro da estrada e água em cima do alcatrão. Percebe-se que há alguma coisa que vai deteriorando e por isso essa atenção à manutenção das vias, que julgo que a Câmara não poderá resolver, mas poderá fazer pressão para que isso possa ser resolvida. -----

-----Continuando em matéria de vias, no documento que nos foi enviado diz que o senhor Presidente da Câmara tem uma reunião com o senhor Ministro das Infraestruturas agendada, sobre o Convento do Carmo, onde falará também sobre a ponte de Alcarrache. Ora, a ponte de Alcarrache está numa estrada municipal e por isso aí surge a dúvida e tendo em conta o desencontro político que temos entre a bancada da CDU e a bancada do PS relativamente àquilo de que cada um deve ou não assumir as suas responsabilidades, a Câmara Municipal muitas vezes assume substituir-se ao Estado Central para resolver problemas no nosso Concelho e depois vai bater à porta do Ministério das Infraestruturas para resolver um problema que está numa estrada municipal. Ora, nós temos perfeita consciência, tendo em conta a natureza da ponte de Alcarrache, não é uma coisa simples e que a Câmara não poderia resolver sozinha, mas acima de tudo, também é importante esclarecer isso, afinal de quem é a ponte e de quem é a responsabilidade da Ponte de Alcarrache. -----

-----Uma segunda questão tem a ver também com uma reunião que o senhor Presidente da Câmara refere no documento que teve com o senhor Presidente da Assembleia da República. Houve o encontro com o senhor Presidente da Assembleia da República, o senhor Presidente da Câmara, tem aqui informado várias vezes que ultimamente um processo que debatemos aqui muito tempo e aquilo não está encerrado, que é o processo da reposição da freguesia de Santo Amador, que era favorável à reposição da freguesia de Santo Amador isso nunca foi fechado. Haverá dúvida relativamente se aquele seria o caminho ou não, mas que seriam favoráveis à reposição da freguesia e por isso era perguntar se aproveitou esta presença junto do senhor Presidente da Assembleia da República, tendo em conta que a Assembleia da República desenvolveu os processos e a Assembleia da República poderá resolver essas questões para colocar e pôr em cima da mesa do senhor Presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Assembleia da República, o nosso Concelho ainda tem ali um órfão que cujo problema não foi resolvido e que era intenção das populações e não foi resolvido com o processo de reposição de freguesias. -----

-----No âmbito destes contactos com diferentes Ministros, Ministro do Ambiente, das infraestruturas, da Saúde perceber quais teriam sido os compromissos concretos do poder central para com o Concelho de Moura. Há aqui essa referência a encontros com vários destes membros, o senhor Presidente já nos falou ontem, na assunção por parte da senhora Ministra da Saúde, do compromisso financeiramente caso o PRR não chegasse para a questão das obras do centro de saúde, mas que outros compromissos, tendo em conta que há aqui uma panóplia e até que o senhor Presidente da Assembleia da República, que matérias e compromissos foram assumidos para o Concelho de Moura. -----

-----Por último, senhor Presidente eu fui daqueles e a bancada da CDU, que inicialmente, quando o senhor Presidente iniciou as suas funções de Presidente da Câmara, que reclamávamos que os documentos que eram entregues à Assembleia Municipal tinham falta de uma leitura política. Muitas vezes, inicialmente era enviada uma listagem dos documentos e o que nós muitas vezes insistimos, é para que houvesse uma interpretação política, uma leitura política e, de facto, ela passou a vir com um texto inicial subscrito pelo senhor Presidente, que é uma leitura política de todo o conteúdo técnico que se passava. O que não quer dizer que eu esteja satisfeito com o texto que lá vem, ele vem é verdade, mas eu julgo que na minha interpretação que faço, ele vem com algumas pérolas, tem assim umas pérolas. Não sei quem é que escreve os textos do senhor Presidente, se é o senhor Presidente mas têm umas pérolas interessantes e eu vou só aqui destacar uma dessas “acreditamos que governar o Concelho não é decidir sozinho, é necessário saber ouvir, articular e construir em conjunto”, ora, o senhor Presidente, uma das dificuldades que o senhor Presidente tem tido e a partir do segundo mandato é esta perceção de que estar e não ter maioria no órgão não é o mesmo que ter maioria, como teve no primeiro mandato.--

-----E por isso sempre se comportou politicamente como se tivesse maioria nos órgãos e ignorando muitas vezes aquilo que eram os policiamentos. Aliás discutimos



isso aqui na última Assembleia, porque é que íamos ou não, os eleitos da CDU, a importância de ir ou não às reuniões ao abrigo do estatuto do direito da oposição, porque aquilo que lá íamos dizer servia de muito pouco e por isso dizer aqui que construir em conjunto, é assim, aqui na frase fica bem, mas depois, na verdade, o construir em conjunto é um bocadinho à parte do senhor Presidente. Parece que o perfil do senhor Presidente não é muito para construir em conjunto, tem aqui alguma debilidade, política, entendam bem, relativamente a essa possibilidade de construir em conjunto”. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara disse: -----

-----“Muito boa noite a todos, queria obviamente saudar todos os eleitos, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, também a distinta Mesa, os colegas dos serviços aqui presentes e agradecer todas as questões que nos colocaram. -----

-----Quanto às questões e começando pelo José Gonçalo, sobre a questão da variante estamos na fase de estudo prévio, estamos a trabalhar nesse processo a equipa técnica da Câmara e o projetista e quando tivermos mais avanços neste processo, até acho que é saudável, chamar os partidos para lhes apresentar o trabalho que já está construído, até mesmo para vocês o poderem acompanhar, quer o CHEGA, quer o PSD, quer a CDU no sentido de acompanharem o processo e não deixarem, de obviamente deixar os seus contributos também. -----

-----No tocante à questão da Carta Educativa, a sua vigência terminou em dois mil e vinte e cinco, como sabe, portanto, nós neste momento estamos a trabalhar na nova carta educativa, a equipa está a fazer esse trabalho e terá todo o seu processo também de discussão interna e quando eu digo interna, de todos nós, no sentido de termos o melhor instrumento possível. -----

-----Quanto à questão do PDM e dos processos antes de termos o PDM aprovado, uma das coisas que os serviços foram sempre falando com as pessoas, é que se submeteriam processos à luz do antigo PDM ou do novo. E houve pessoas que optaram, que é uma coisa perfeitamente normal, aguardar pelo novo PDM e submeteram entretanto os seus processos, portanto, ele está aprovado, está em vigor e obviamente nós esperamos que ao final de poucos meses já apareçam grandes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

resultados da caminhada das pessoas com o novo PDM. Mas ao final do ano poderemos introduzir processos que entraram, e que vigor é que há no âmbito do PDM e fazemos obviamente ir à Assembleia Municipal e fazer esse juízo tanto da caminhada deste novo instrumento, como toda a gente sabe trouxe novidades, foi amplamente discutido na Assembleia Municipal, como na Câmara, e houve um trabalho intenso e penso que bem construído de participação em termos comunitários e esperamos que, de facto, que ele seja um bom instrumento. E é essa a nossa convicção que o novo PDM seja um bom instrumento de desenvolvimento do nosso Concelho. -----

-----Quanto à questão das barragens, o José Banha depois complementar a informação, nós tivemos uma reunião em Coimbra dos municípios com barragens e este é um processo que obviamente os municípios envolvidos não querem deixar escapar a oportunidade de serem ressarcidos, como é óbvio, através da fiscalidade e estamos a ter o devido acompanhamento jurídico neste âmbito, para que faça justiça aos municípios. -----

-----Os avanços não têm sido muitos José Gonçalo, de facto, não têm sido muitos, a própria EDIA tenta esgueirar-se no tocante a este processo. A equipa jurídica está a dar esse apoio aos municípios e o município de Moura foi um dos que obviamente avançou nesse capítulo e eu não tenho dúvidas nenhuma que, sendo um processo que demora, sendo um processo que não é fácil, o que eu espero é que, de facto, por via da fiscalidade, já que temos tão pouco Alqueva no Concelho de Moura, noutros aspetos, pelo menos que nesse aspeto, vejamos feita a justiça, aos municípios do Regolfo de Alqueva, neste caso em particular, o nosso que é aquilo que nos interessa, mas depois o José Banha complementar também essa informação. -----

-----Quanto e permitam-me que responda em conjunto à Fátima e ao João sobre as questões do Centro de Saúde, em primeiro lugar, obviamente houve a reunião com a Ministra da Saúde. Nós, quando nos envolvemos neste processo, não foi de forma ingénua e o João sabe, a Fátima sabe o João Ramos e o João Guerreiro sabem que entramos numa reunião da Cimbal com a tutela da altura, com cem mil euros para uma sala do movimento e que vergonha que era. Não é fazer uma sala do movimento nova



para o centro de saúde de Moura, quando tudo o resto caía à volta e vocês sabem. Quer dizer, a Fátima e o João Ramos trabalham do outro lado, mas o João conhece a casa melhor do que ninguém, toda a gente sabe o estado em que o centro de saúde está. O município de Moura, obviamente só se fosse louco é que não iria aproveitar todas as oportunidades no sentido de fazermos mais e sabíamos e já disse aqui na Assembleia, já disse na Câmara, já disse à imprensa, sabíamos perfeitamente que os prazos, estaríamos sempre a correr atrás do prejuízo, sem dúvida, mas não é, ou aproveitávamos esta oportunidade até mesmo para responsabilizar o Estado sobre a questão do centro de Saúde e de puxar o Estado para o lado de cá. Ou então e ainda ontem disse aqui que se perderam rios de dinheiro no âmbito do vinte / vinte e com os conselhos de administração anteriores, perdeu-se tempo, perdeu-se dinheiro e oportunidade e toda a gente sabe disso.-----

-----Portanto, uma coisa é nós gostarmos das pessoas outra coisa é a gente reconhecer se um Conselho de Administração de uma instituição como a ULSBA fez ou não fez o seu trabalho para que a rede de cuidados primários pudesse estar ao nível de outros distritos e de outras regiões. E não está. A nossa, a do distrito de Beja de facto e vocês reconhecerão isso certamente é daquelas a que está mais fragilizada, mas este Conselho de Administração tentou dar corda aos sapatos para resolver esses problemas e nós o município de Moura nunca se poderia pôr à margem disto. -----

-----Na reunião com a senhora Ministra foi aquilo que eu vos traduzi, não se colocam de forma alguma à margem, era só mais o que faltava, com nós estarmos a substituir o Estado, estamos a trabalhar em nome do Estado no sentido de fazer esta obra e ao senhor Ministro, e o senhor Secretário de Estado, e das conversas que estão a acontecer, com o Ministério das Finanças é no sentido de resolver os problemas de Moura e de Castro Verde, criando as condições financeiras para se resolver e eu estou sereno temos as pessoas no centro de saúde a trabalhar serenamente. -----

-----Aquela questão que o João colocava sobre agora com as obras, o pessoal do serviço de urgência Básica, obviamente ter o ruído e ter os outros problemas, vamos lá ver, não compete à Câmara e acho que o João compreende isso, dizer como é que a SUB se tem que relacionar com o seu Conselho de Administração. E já disse aqui uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

vez, essa articulação tem de ser entre o SUB e o Conselho de Administração e a Câmara está cá para ajudar naquilo que for possível. Tanto assim é, por exemplo, aquela questão das instalações partilhadas, a Câmara alugou contentores para proporcionar essas condições ao Serviço de Urgência Básico. Nós vamos sempre ao encontro ou tentamos ir sempre ao encontro das necessidades, sempre neste quadro de articulação entre a Câmara e a ULSBA. -----

-----Nós sabemos que isto é uma frase que o Presidente da ULSBA costuma dizer: “Antes de estarmos melhor, temos que passar, de facto, por um, por um caminho em que estamos menos bem” e as fases de obras junto de edifícios e de instituições que estão a funcionar são sempre, sejam numa escola, seja num hospital, seja num centro de saúde, são sempre fases tortuosas, trazem sempre constrangimentos. E eu penso que obviamente temos que ter paciência, temos que fazer este caminho todos juntos, no sentido de obviamente construirmos aquilo que na década de noventa do século passado não aconteceu conveniente, que é termos um centro de saúde que seja digno de todas as pessoas que lá trabalham diariamente e acima de tudo dos nossos utentes. E é esse esforço que nós todos temos que fazer e o município nunca se colocou à margem dessa situação, porque os problemas dos nossos municípios e os problemas dos técnicos de saúde daquela casa são também os nossos problemas. -

-----Sobre as questões que o João Ramos colocou sobre a rede viária da IP, João nós não temos largado a IP de maneira nenhuma. Em relação ao estado das nossas estradas sejam elas nacionais, regionais, aquelas que servem o município, nós temos nos mantido sempre próximos da IP. Reconheço que os últimos tempos causaram grandes danos nas vias, elas já estavam mal e pior ficaram. Tenho-me mantido próximo da engenheira Rosário Rossio, a nova responsável da zona sul e obviamente estamos a contar com várias intervenções, nomeadamente neste troço calamitoso entre Moura e a Vidigueira que já devia ter sido iniciado, mas devido às condições climáticas, tal não sucedeu. -----

-----No dia sete de janeiro, quando me comunicavam, por exemplo, da consignação do avanço das obras um dos alertas que eu fiz, João foi, antes de iniciar essa obra e até iniciarem essa obra, é importante que os buracos que a estrada tem,



sejam tapados porque, esses buracos que lá estão vão ocasionar acidentes e danos nas viaturas. Só no dia quinze de janeiro João é que a IP obviamente e com muita pena minha, deu conhecimento aos responsáveis da IP relacionados com a obra e até hoje, não sei se entretanto, até porque deixei de ir por aquela estrada para ir para Beja, vou por Serpa, duvido que tenham tapado algum buraco. Agora vamos pressionando, agora vamos chateando de igual forma também tive o cuidado e recebi o e-mail da engenheira Rosário Rossio, no dia cinco de fevereiro, recebi a resposta a um e-mail meu, porque da mesma forma que estou preocupado com as estradas, também estou preocupado com as obras de arte. Neste caso, a ponte sobre o Rio Ardila aqui em baixo e também a ponte do Toutalga, e ela enviou-me, um relatório no e-mail, uma resenha de todas as inspeções feitas e aquilo que ela me transmitiu é que, de facto, a segurança não está em causa, nem numa ponte nem noutra. Portanto, vamo-nos mantendo informados, vamos pressionando, vamos fazendo de facto, este trabalho junto da IP para que os nossos problemas sejam de facto resolvidos. E quer dizer, eu não posso falar em nome de engenheira Rosário Rossio, mas esta obra já era para ter iniciado e esperemos que o tempo agora estabilize e que essa obra obviamente possa arrancar. -----

-----Sobre a questão da reunião com o Ministro Pinto Luz, agora na sexta-feira, há uma coisa que tem sido discutida e também foi discutida com o senhor Ministro da Agricultura e olhem e voltando atrás, talvez em dois mil e dezanove ou dois mil e vinte, penso dois mil e dezanove primeira reunião que eu tive em Lisboa e foi com a senhora Presidente da Câmara Municipal de Mourão da altura, a Maria Clara Safara, toda a gente conhece, a primeira reunião que eu tive sobre a ponte do Alcarrache foi com o então Ministro Pedro Nuno Santos. Toda a gente sabe que estas pontes foram construídas no âmbito do restabelecimento das acessibilidades de Alqueva. Toda a gente sabe que foram obras que foram executadas pelo Estado através da EDIA, toda a gente sabe pelo menos aqui na Câmara nós não temos nenhum auto de migração da responsabilidade da ponte para o município de Moura, nem em Mourão, existe qualquer auto de migração dessa responsabilidade também para o município de Mourão. Uma das coisas que nós dissemos ao Governo de então é que a criança é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

nossa, mas há aqui uma responsabilidade do Estado, pelo menos ajudem-nos na forma de financiamento desta obra. -----

-----O Ministro Pedro Nuno Santos, o Ministro da altura não quis nem saber, mas nós fizemos aquilo que também já demos conhecimento à Assembleia anterior. Fizemos o tal estudo sobre o estado da ponte do Alcarrache e esse estudo também, esse relatório também já foi discutido com Ministro Pinto Luz, porque já é a segunda reunião que eu vou ter com o Ministro Pinto Luz para resolução destes problemas. E nessa reunião que tive com o Ministro Pinto Luz ao qual se juntou o Ministro da Agricultura, eles ficaram, de facto, de confirmar à Câmara Municipal de Moura e de Mourão porque tiveram as duas juntas nessa reunião, onde é que está esse auto de migração, onde é que está a responsabilidade total, embora seja numa estrada municipal e a ponte é metade de Moura e metade de Mourão, onde é que está de facto esse exercício por conta do Estado e da EDIA. -----

-----Eu já o disse, a alguns responsáveis e estou alinhado com o Presidente da Câmara Municipal de Mourão, é o seguinte, a Ministra Ana Abrunhosa que também já foi Ministra com responsabilidade no Governo da Nação e também sabe aquilo que eu lhe pedi e também sabe aquilo que ela se comprometeu e que este Governo também se tem comprometido com os municípios. -----

-----Nós estamos cansados de ouvir isto, a tal linha BEI para apoio para as estradas municipais, para os caminhos municipais e também para as obras de arte que são da responsabilidade dos municípios, continuamos à espera dessa linha, e continuamos, de facto, à espera desse financiamento. Mas na reunião que tive com o Ministro Pinto Luz em que entreguei também esse relatório, enviei-lhe antes da reunião, obviamente para ele retomar conhecimento e para o analisarem. Aquilo que foi transmitido pelo gabinete do Ministro Pinto Luz em articulação com a IP é que a ponte do Alcarrache, o que necessita são obras de meia vida. Ou seja, obras que lhe proporcionam, obviamente, mais vinte ou vinte e cinco anos de longevidade em segurança, e disse-me que a ponte não está de modo algum, numa situação de insegurança, portanto, não tem problema, não precisa destas obras de meia vida, como qualquer infraestrutura. -----



-----Mas há uma coisa que é importante, que se diga também aqui e se reafirme aqui da parte do município e da minha pessoa. É que nós não podemos continuar ano após ano a bater à porta dos governos, a ter reuniões com ministros, a ter reuniões com Secretários de Estado. Nós não nos importamos de fazer quilómetros a caminho de Lisboa desde que isso resolva os problemas do nosso Município. Mas não vamos continuar a bater à porta dos governos e não haver resultados, isto tem que haver resultado da linha BEI e tem que haver resultado no que toca às dúvidas sobre a questão da ponte e mais, tem que haver obra naquela ponte.-----

-----E aquilo que eu vou dizer ao senhor Ministro na sexta-feira, além de falar dos outros temas é que, ou há da parte do Governo, apoio para os municípios ou nós fechamos aquela ponte, mas é que fazemo-lo mesmo. O município de Moura e o município de Mourão quanto a isso estão alinhados ou há da parte do governo apoio para os municípios, é que à data, daquele relatório, o valor das obras era um milhão e meio de euros a repartir pelos dois municípios, como é óbvio, mas era um milhão e meio, portanto, é isso que eu vou dizer ao senhor Ministro na sexta-feira, sem qualquer tipo de comportamento acintoso nem coisa que o valha, mas fechamo-la mesmo.-----

-----Porque tem que haver, de facto, da parte do Governo uma resposta para as nossas preocupações e para as questões que nós colocámos e que até hoje porque ficamos depois de ser chamados e sob muita insistência nossa, de facto, é que se agendou esta reunião que já devia ter acontecido aqui há duas semanas e não aconteceu. Remarcaram para dia vinte e sete e obviamente que aqui estarei, quer aqui, quer na Câmara para traduzir os resultados dessa reunião de sexta-feira.-----

-----Sobre a reunião com o senhor Presidente da Assembleia da República. Não, não falei de Santo Amador João. Falei de outras preocupações, das vias, do Convento do Carmo, falei de outras preocupações, entre elas estas que estou aqui a traduzir, mas não falei de Santo Amador. Mas que fique claro, porque já era claro da nossa parte, não tenho qualquer tipo de problema em apoiar o regresso da freguesia de Santo Amador, desde que isso não represente a separação das duas freguesias urbanas. E a minha posição foi sempre clara e inequívoca no tocante a isto e continuo a pensar e dizer sempre a mesma coisa. Desde que isso não acarretasse a separação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

das duas freguesias urbanas, obviamente que eu gostava que tivéssemos de regresso a freguesia de Santo Amador e quanto a isso, quer eu, quer o Presidente Francisco Canudo Sena, estamos alinhados como sempre estivemos e estaremos do lado da população de Santo Amador, desde que isso não ponha em causa as duas freguesias urbanas. -----

-----Quanto à reunião com o senhor Ministro da Saúde, já vos traduzi o resultado dessa reunião, estamos à espera de facto, agora que a senhora Ministra, em conjunto com as finanças, obviamente nos chamem novamente para nos dizer qual é a solução e assim que tivermos essa resposta, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal traduziremos essa informação. -----

-----Sobre a questão dos apontamentos que o João Ramos fez sobre a informação. Um Presidente da Câmara desta casa um dia disse: “para se dançar o tango é preciso haver duas pessoas, não se dança o tango sozinho”. Houve um Presidente da Câmara de Moura que disse isso e por acaso foi numa altura em que a Junta de Freguesia da qual eu era Presidente, assinou um acordo com a Câmara Municipal de Moura e de facto para estas questões, acho que não foi útil para ninguém que a CDU se tivesse colocado à margem da discussão do orçamento e do plano ao abrigo do direito da oposição. E a partir do momento em que se colocou à margem de toda a discussão, foi a CDU que se quis afastar, obviamente dessa discussão e dessa preparação destes instrumentos para dois mil e vinte e seis. Disse na Assembleia, na Câmara e digo onde for necessário, obviamente, na preparação dos instrumentos do próximo ano e em todas as questões em que a CDU queira obviamente conversar connosco conversa. -----

-----A CDU não poderá, é exigir a este executivo que não fale com o CHEGA, que não fale com o PSD, que não fale com os outros partidos, porque obviamente que falaremos com todos, mas falaremos com a CDU como falaremos com todos os outros e contamos com todos os outros, obviamente durante este mandato, porque não, nós não nos comportamos como se tivéssemos maioria, porque nós não temos maioria. ----

-----Mas temos que garantir que aquilo que são os nossos compromissos para com a população, de facto são implementados e com os vossos contributos, desde que



se encaixe. Obviamente com os contributos do PSD, como os contributos do CHEGA, desde que se encaixem nessa caminhada, nós não temos problemas de espécie nenhuma em nos alinharmos com todos. Porque essa é a nossa vontade alinharmos com todos, agora se a CDU não quer conversar connosco, porque nós conversamos com o CHEGA, esse é um problema da CDU, não é um problema do Partido Socialista e não é um problema do Álvaro Azedo. E se a CDU não quer que nós conversemos com o PSD, desculpem lá, nós vamos continuar a conversar com todos e convosco. -----

-----E eu espero que na preparação do próximo orçamento e plano, tenhamos a CDU de regresso às conversas connosco e possamos todos, porque por isso é que obviamente somos um executivo que não tem maioria e no quadro da Assembleia Municipal também é importante que tenhamos convergência com todos para que toda a gente faça parte, desta caminhada de quatro anos com as diferenças que nós temos. Porque temos, obviamente todos muitas diferenças e há questões em que estamos mais próximos, há questões em que não estamos tão próximos, não deixando ninguém de parte. E não vou deixar nunca ninguém de parte até ao final deste mandato, portanto, o nosso destino é este, é negociar com todos, é conversar com todos e se a CDU, sempre que a CDU obviamente entender que quer conversar connosco, com certeza que sim. Mas a CDU tal como o CHEGA e tal como o PSD, esta casa é de todos, todos foram eleitos, temos eleitos de três partidos na Câmara, temos eleitos, do Partido Socialista, da CDU, do CHEGA e do PSD na Assembleia Municipal e o nosso dever é conversar com todos. Sobre a questão das barragens passava, se me permitissem a palavra ao José Banha”. -----

-----No uso da palavra o Vereador José Banha disse: -----

-----“Não queria prolongar com mais considerandos sobre a questão do IMI. Isto é, como muitos outros processos a nível nacional, esta questão da fiscalidade e nomeadamente na liquidação do imposto para os municípios, há sempre aqui o gato e o rato, uns têm que pagar outros receber. E aquilo que tem estado a acontecer é que a própria avaliação das infraestruturas, quando foi feita a avaliação das infraestruturas das barragens, a primeira avaliação apenas fizeram às construções. Ou seja, ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

paredão propriamente dito, esquecendo naturalmente os elementos que valorizam aquelas infraestruturas. Os municípios manifestaram o seu desagrado e atuaram. Naturalmente muitos dos municípios até têm sido os municípios da zona norte do país, porque há mais pequenas barragens e que se revoltaram contra essa situação. -----

-----Mas nós naturalmente também nos posicionamos e também acionamos judicialmente essa questão exigindo que sejam avaliados também todos os elementos que compõem a barragem, não apenas o paredão. E neste momento, aquilo que nós exigimos é que seja feita uma avaliação de todos os elementos para termos um cálculo exato do que é o valor estimado em relação ao IMI. Isso ainda não existe, estamos no bom caminho, penso que em breve, com o “forcing” que nós estamos a fazer e isto tem que ser dito, tem que ser acionado judicialmente, porque neste caso a EDIA vende água, mas não tem interesse em pagar IMI. -----

-----E por isso temos que acionar esses mecanismos e é isso que nós estamos a fazer, porque iremos exigir até ao final, os direitos que o município e naturalmente os munícipes deste Concelho têm direito. Não vamos largar este processo e esperamos que em breve tenhamos notícias de que podemos ter a liquidação desse imposto a favor do nosso Concelho”. -----

-----No uso da palavra o eleito José Maria Pós-de-Mina cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia, membros da Assembleia, representantes da Câmara, técnicos e público presentes. -----

-----O eleito prosseguiu e disse:-----

-----“Eu por acaso não me recordo de me ter inscrito para falar, mas já que estou inscrito aproveito a boleia. A primeira questão que eu queria colocar prende-se com uma matéria que se fala aqui muitas vezes e que é importante para o Concelho de Moura, que são as questões relacionadas com a Rede Natura. E a questão concreta que eu queria colocar, é que nos últimos dias, nos últimos tempos têm vindo a ser publicado no Diário da República um conjunto de decretos-leis que estão a concluir o tomado processo de negociação das zonas especiais de conservação.-----

-----E desses decretos-leis que têm sido publicados, aparece lá uma referência que são ouvidos os municípios das áreas envolvidas, portanto, sobre esta matéria e



relativamente à questão da ZEC Moura, Barrancos, gostaria de saber qual é o ponto da situação relativamente a este decreto-lei ou este eventual decreto lei, uma vez que ele será importante, porque define alguns aspetos que é necessário ter em conta do ponto de vista da zona especial de conservação. -----

-----A segunda questão que eu queria colocar não é uma questão, é mais uma observação que tem a ver com um assunto, que também já foi aqui referido, que foi referido na última Assembleia. E gosta-se muito de dizer, os responsáveis do Partido Socialista, que o PDM que estava em vigor era uma desgraça, portanto era o fim do mundo e que a luz irrompeu no dia em que o novo PDM entrou em vigor. Portanto, e agora o senhor Presidente acabou por dizer que, afinal, neste momento ainda não há nada de concreto, não há consequência da abertura da luz e só no final do ano é que a luz produzirá a sombra ou produzirá os seus efeitos, o que já traduz alguma diferença em relação a questões que foram referidas anteriormente.-----

-----Depois em complemento, aquilo que disse o eleito José Gonçalo só para situar, o outro dia foi utilizado e já ontem foi utilizada a expressão, a palavra requeitado, é um tema requeitado. E eu diria que alguns argumentos, como aquela expressão de “que entrou com cem mil e saiu com milhões”, já é uma conversa requeitada, mas já devemos ter ouvido isto aqui algumas cem vezes, mas essa já não é requeitada, as outras quando se insistem em questões que não são respondidas, essas é que se dizem que são requeitadas. -----

-----Há aqui uma questão que a gente tem colocado de uma forma clara. Em complemento aquilo que disse o eleito José Gonçalo, que é uma diferença entre aquilo que se diz e aquilo que acontece. No argumento de Câmara, que corresponde à ata número sete, foi dito que a propósito das informações que são prestadas sobre reuniões onde se participa, foi dito: “tudo o que seja reuniões que impliquem a entrega de documentação mais preciosa para os processos referidos na atividade do Presidente da Câmara será apensado informação para melhor compreensão e argumento de Câmara”.-----

-----Depois desta afirmação já houve várias reuniões de Câmara e até agora não sei porquê, deve ser um problema de cola, outro dia era o problema do algodão, ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

dos “post-its”, é um problema de cola, não cola, porque os documentos não são apensados, promete-se informação e não há informação. E quando se fala desta questão da participação, do envolvimento, quer dizer, quer-se agora aproveitar o facto de a CDU querer sinalizar a sua posição política e não ter estado na reunião de direito de oposição, para dizer que esse assunto não interessa nada ou que a CDU não quer participar. Não. Esta iniciativa da CDU é uma consequência daquilo que foi a atitude, e tem sido a atitude e tem sido a linha política seguida, por esta gestão de marginalização da CDU. -----

-----Nós não temos nada contra, cada um assume as suas responsabilidades políticas, os senhores podem dançar com quem quiserem, o tango, a valsa aquilo que quiserem, isso nós não nos metemos nisso, não vamos apartar par, nunca faremos isso, os senhores farão como entenderem. Agora a nossa posição, aquilo que são os nossos princípios, nós não deixaremos de os defender e de os colocar e de dizer que nós estamos aqui para ser parte da solução dos problemas do Concelho de Moura. Afirmando como oposição e tendo mantido como mantemos aqui, e isso é claramente visto, quer na reunião de hoje, quer na reunião de ontem, quem é que apresenta questões, apresenta propostas, apresenta sugestões de uma forma mais vincada nesta Assembleia Municipal. -----

-----Depois relativamente à questão da variante, o que está na ata da última reunião da Assembleia Municipal diz aqui: “mas nós vamos enviar, do trabalho que foi feito nessa reunião com a guia projetista, vamos enviar um pequeno relatório para todos os partidos com assento na Assembleia Municipal”, como o problema é um problema de variante, o relatório deve andar às voltas ou mais voltas e não é entregue a quem se prometeu que era entregue. -----

-----Relativamente à questão da Carta Educativa e à questão da monitorização a eleita Diamantina que hoje não está aqui, colocou a questão e o senhor Presidente respondeu assim: “de modo que se me permitir, vou-lhe responder por escrito, vou enviar para a Diamantina, mas também para os demais eleitos da Assembleia Municipal as informações que a Senhora me está a pedir”. “Cádê” como dizem os brasileiros, “cadê a informação”? Nada, não acontece nada. Aliás, esta questão



infelizmente é que é recorrente, diz que havia e depois, às vezes, para evitar determinado tipo de respostas, faz como diz ontem “peçam lá por escrito, peçam lá por escrito”. - -----

-----No uso da palavra o Presidente da Junta de Freguesia do Sobral da Adiça, o senhor Hélder Raposo frisou que ficava mais difícil porque era no seguimento das respostas que tinham sido dadas, que havia algumas informações que não eram corretas e a primeira prendia-se com a brigada do asfalto. O eleito ressaltou que achava que havia um equívoco do vereador José Banha, uma vez que a brigada não tinha estado no Sobral e nem se tinha ido embora e não ia voltar, o eleito referiu que a brigada ainda não tinha estado no Sobral da Adiça. -----

-----Prosseguiu o eleito referindo que a brigada tinha estado no Sobral em agosto e que o chefe de divisão, o engenheiro João, que se encontrava na sala podia confirmar o que estava a dizer. Inclusive antes das tempestades, o eleito tinha falado com o Engenheiro João, referindo que a brigada estava na Póvoa, depois iria para Safara e havia a dúvida se era Safara a primeira ou primeiro ao Sobral e o eleito ressaltou novamente que ao Sobral, ela não chegou. Se a brigada esteve em Safara, o eleito não podia dizer nada, mas que no tocante ao Sobral a brigada não tinha chegado, e que era uma garantia que dava. O eleito frisou que a sua pergunta era concreta, questionou quando é que a brigada iria para o Sobral. -----

-----Prosseguiu o eleito informando que a segunda divergência, na intervenção do Vereador José Banha tinha sido boa, acerca da Ribeira da Perna Seca, uma vez que o Vereador utilizou a expressão “temos ali um problema e vamos falar com a junta”. O eleito frisou que ficou mais esclarecido, uma vez que a Junta de Freguesia reforçou que não pretendiam ficar com a parte hidráulica, com a parte da entrada e o eleito com a exposição frisou que tinha ficado mais esclarecido, reforçando que a Câmara assumiu que tinha um problema e que pretendia entregar o problema à Junta. -----

-----Prosseguiu o eleito Hélder Raposo frisando que, a Câmara tinha um problema tal como o Governo tinha o problema da ponte do Alcarrache. O Governo tinha que resolver e a Câmara tinha que resolver a limpeza, frisando o eleito que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Câmara não podia entregar o problema à Junta de Freguesia, porque se assim fosse a Junta de Freguesia é que ficava prejudicada. -----

-----Em relação ao bloco desativado já falado noutras reuniões, o eleito Hélder Raposo frisou que teve a oportunidade de dizer, e pretendia saber o que é que ia ser feito ao bloco, frisando que já tinham disponibilizado meios humanos para poderem ajudar na reativação do bloco, uma vez que o bloco estava desativado. O eleito Hélder Raposo reforçou que se o bloco estivesse arranjado, tinha resolvido o problema, as crianças estariam na escola e não estariam na biblioteca.-----

-----Prosseguiu o eleito Hélder Raposo questionando o senhor Presidente da Câmara, frisando que na reunião do Conselho Municipal de Segurança, ficou de ser marcado ou pedido uma reunião ao senhor Comandante e que até ao momento não tinham essa informação e o eleito pretendia saber qual era o ponto da situação.-----

-----No uso da palavra o eleito utilizou uma expressão que o senhor Presidente da Câmara tinha utilizado no dia anterior: “que a Câmara PS não discrimina cores políticas”, no entanto, o eleito frisou que discordava. Frisando o eleito que discordava na questão da casa mortuária, uma vez que na casa mortuária da Póvoa, tinha sido decidido que era paga a cem por cento e que a casa mortuária do Sobral não tinha sido, uma vez que tinha sido decidido que era paga apenas uma parte e que só posteriormente, após as recorrentes perguntas e o “bate pé” da bancada da CDU é que a Câmara tinha assumido a obra na íntegra, frisando o eleito que por essa razão tinha havido uma discriminação. O eleito ressaltou que não tinha chegado a acontecer na realidade, uma vez que a bancada da CDU não permitiu, reforçando o eleito que ia havendo uma discriminação, reforçando que quando se diz que não existiu, por vezes tinha de ter algum cuidado e analisar todas as situações. -----

-----Para terminar, o eleito Hélder Raposo, frisou que na segunda-feira tinha sido enviado um convite dirigido à Assembleia Municipal e pensava que teria havido um equívoco, uma vez que o convite não tinha sido divulgado na correspondência. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que foi dada informação para seguir o e-mail para todos os eleitos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----No uso da palavra a eleita Maria José Silva, cumprimentou na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, todos os membros da mesma, o executivo da Câmara, todos os vereadores eleitos e o público presente. -----

-----A eleita frisou que pretendia levantar duas questões, nomeadamente, a referência a uma informação que tinham, que no dia vinte e seis de janeiro de dois mil e vinte e seis houve reunião extraordinária do Conselho Geral da CCDR Alentejo, questionando do que tratou em concreto essa reunião. Prosseguiu a eleita frisando que os eleitos da CDU sabiam que a vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte e seis houve uma reunião do Conselho Municipal Sénior, no entanto, não havia referência na comunicação prestada aos eleitos dessa reunião, questionando se foi esquecimento ou se não tinha havido nada, que foi tratado que o senhor Presidente tivesse considerado importante.-----

-----Prosseguiu a eleita Maria José frisando que tinha uma preocupação e que gostava de referir frisando que na informação a dado momento foi dito: *“estas reuniões tem vindo a acontecer permitindo identificar problemas concretos em cada freguesia, definir prioridades de intervenção no terreno, acompanhar obras, serviços municipais, articular respostas da área da ação social, educação, limpeza urbana, mobilidade e proteção civil”* e a preocupação que a eleita frisou foi que a cultura era sempre esquecida, consciente ou inconscientemente. A eleita Maria José ressaltou que era uma área tão importante e fundamental para o desenvolvimento de qualquer Comunidade e que parecia que era uma pequena coisa, mas o facto de saltar à vista que fala, todas as áreas de intervenção pudessem ser feitas em colaboração, em conjunto com as Juntas de Freguesia, no entanto a cultura não ser mencionada.-----

-----Tomou a palavra a eleita Natália Pão-Duro cumprimentando todos os presentes e frisou que todos os eleitos da bancada da CDU pretendiam saber do que se trataram as reuniões que vinham mencionadas, propriamente no dia quinze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, reunião do Conselho da Estação Náutica e no dia cinco de janeiro de dois mil e vinte e cinco reunião com o PSD, proposta aos municípios e a reunião com o pároco da Póvoa de São Miguel. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal disse: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----“Então começando pelo José Maria Pós-de-Mina no tocante ao plano de gestão da ZEC, nós também tivemos aqui uma reunião com a senhora Ministra do Ambiente. Primeiro assinámos nesse dia o acordo da APA que permite a revisão do POAP e depois, da parte da tarde, houve uma visita à herdade da contenda e depois terminámos aqui o dia. Estava a senhora Ministra, estava também o senhor Presidente da APA, estava também o senhor Presidente do ICNF e estava o senhor Presidente da Cooperativa Agrícola Moura Barrancos e o senhor Presidente da Cooperativa Granja Amareleja. -----

-----E houve uma reunião de trabalho em que, aliás, nós já tínhamos entregue um primeiro “draft” de um estudo de impacto da ZEC Moura Barrancos. O trabalho que a Consulai está a fazer para o município e para a cooperativa e que está muito próximo de estar terminado e do qual depois obviamente daremos conhecimento a todos, entregaremos cópias desse estudo para todos e que tem sido discutido com o senhor Ministro do Ambiente. -----

-----Entretanto, eu soube que o plano de gestão já foi a Conselho de Ministros, foram feitas várias recomendações da parte dos agricultores sobre o impacto, portanto do plano de gestão, vamos agora aguardar que ele seja publicado, ainda não tive conhecimento da sua publicação. -----

-----Depois, em conjunto com a Cooperativa Agrícola Barrancos, que é uma coisa que nós fazemos com frequência reunir, vamos analisar aquilo que for publicado e vamos continuar a trabalhar com o Governo para que, de facto, as recomendações que virão depois nesse estudo. Ainda esta semana, tive uma reunião na cooperativa com a Consulai e com a direção da Cooperativa para se continuar a afinar esse instrumento. Obviamente apresentaremos esse estudo e esses contributos não só à empresa, mas à Assembleia Municipal e ao Governo, para que haja compensação aos agricultores, que é aquilo que eles esperam, obviamente que haja. E temos feito de facto, este caminho enérgico que é demorado, que é um caminho das pedras, mas é isso que as pessoas esperam de nós, que nós continuemos. -----

-----José Maria Pós de Mina, para fazer essa caminhada e apresentar se queremos, obviamente que nos ajude a resolver problemas ou queremos que nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Eu sei que vocês gostariam mais que nós tivéssemos de braço dado com a CDU, mas nós estamos de braço dado é com o Município de Moura, com todos os partidos que têm assento na Assembleia Municipal, com todos os partidos que tem assento na Câmara Municipal de Moura. E é esse o caminho que nós vamos continuar a trilhar, portanto, sem maioria, mas fazendo com que a maioria, de facto, a maioria que quer trabalhar connosco, que quer colaborar connosco, possa obviamente exercer bem a sua missão no Concelho de Moura. -----

-----Sobre a questão da variante, sim eu comprometi-me, é verdade, em enviar essa informação e eu pedia aos colegas que me dão apoio que não me deixem esquecer que amanhã, aquilo que houver no tocante à variante antes, da nova reunião com a empresa que está a trabalhar connosco, que façam chegar essa informação. ----

-----Sobre a questão da carta educativa, não tenho muito mais para dizer que aquilo que dissemos há instantes. -----

-----Quanto ao Presidente Hélder Raposo em relação à brigada do asfalto, à Ribeira da Perna Seca, o José Banha complementar a informação. -----

-----Sobre o Conselho Municipal de Segurança, o Presidente também sabe que há uma versão reduzida do Conselho, que junta o Presidente da Câmara, junta o comandante da PSP e o comandante da GNR que reuniu e obviamente nós temos reuniões frequentes em que falamos de facto das nossas preocupações. E como é óbvio nessa versão reduzida, nós vamos debatendo a informação que muitas das vezes não é informação que nós possamos veicular com alguma naturalidade cá fora, porque são questões, nomeadamente questões que têm a ver com alguma criminalidade, pequena criminalidade na nossa cidade. -----

-----Se houver alguma preocupação com o Presidente ou qualquer Presidente desta casa, que nessa versão reduzida do Conselho Municipal de Segurança possamos debater, com os dois comandantes com certeza que sim, sem problema nenhum. Qualquer Presidente de Junta de Freguesia, qualquer membro desta Assembleia coloca-nos a situação e na versão reduzida ou na versão alargada dessa Comissão, nós debateremos todas essas questões. -----



-----Sobre a Casa de Mortuária sobre a discriminação, senhor Presidente Hélder, ouça lá uma coisa, acha que desde que tomou posse até aqui, por exemplo, há alguma situação em que o Presidente possa dizer que foi discriminado? Não. Aliás, se o chefe da divisão da antiga DOSE quisesse retratar aqui o conjunto de reuniões que houve, do número de vezes que foi ao Sobral da Adiça, ele também o pode traduzir. Da mesma forma que o vereador José Banha pode traduzir o conjunto de reuniões de trabalho que se foram tendo com este e com qualquer Presidente de Juntas de Freguesia com quem temos vindo a trabalhar. Sobre a Casa Mortuária, nós fomos sempre dando resposta àquilo que a Junta de Freguesia nos foi pedindo e, aliás, o Presidente também sabe que, no tocante à fiscalização da obra da Casa Mortuária, até aí a Câmara procurou resolver um problema que foi criado pela Junta de Freguesia porque sabe que a fiscalização de obra não correu bem, sabe, reconhece isso? Não reconhece Presidente? E quem é que contribuiu para a solução desse problema até à fiscalização da obra? A Câmara enviou um apoio para que pudessem pagar a fiscalização da obra a outra empresa. -----

-----Portanto, nunca houve discriminação, não há discriminação em relação a qualquer Junta de Freguesia e o Presidente sabe bem que tem que fazer o seu papel. Obviamente vem às Assembleias Municipais e tem que fazer o seu papel, e obviamente não me preocupa muito e eu ficaria preocupado se nós não fôssemos dando resposta às preocupações e ao trabalho de articulação que nós temos com as Juntas de Freguesia. Mas como vamos dando, o Presidente pode continuar, obviamente, a fazer o discurso que entender, só faltava é que lhe fosse eu dizer como é que o Presidente se tem que comportar numa Assembleia Municipal e como é que se tem que dirigir a este executivo. Mas nós semanalmente, diariamente, mensalmente continuaremos todos a trabalhar e contaremos com todos a resolver problemas, são problemas de todos nós, porque os problemas do povo de Sobral da Adiça isso são problemas de todos nós.-----

-----Sobre as questões que a Maria José colocou, foi uma reunião por videoconferência de preparação das eleições da CCDR. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Entretanto, sobre o Conselho Municipal Sénior, há reuniões regulares, do Conselho Municipal, entretanto, houve integração de novos membros no Conselho Municipal Sénior, tivemos já duas reuniões. Este Conselho Municipal foi realizado a dia vinte e sete de janeiro e peço imensa desculpa da informação não constar, na documentação enviada à Assembleia Municipal. Foi apresentada a monitorização do plano de ação de dois mil e vinte e cinco e aprovado também, Maria José, o plano de ação deste ano e onde também foram definidos os representantes das IPSS do Conselho Municipal Sénior. Há falta dessa informação peço imensa desculpa, pela ausência dessa informação. -----

-----Sobre as questões da Natália sobre o Conselho da estação náutica o Presidente da Câmara agora não acompanha, o coordenador da estação náutica de Moura é que gere os trabalhos do conselho da estação náutica de Moura. Normalmente estamos a ver dia quinze de dezembro, tem a ver com a preparação da agenda náutica para o ano seguinte, a relação com todos os parceiros do Conselho da Estação Náutica, que são as empresas, são os operadores turísticos é um movimento associativo. São esses elementos que fazem parte desse conselho da estação náutica e que definem muito do caminho que se faz na estação náutica de Moura. -----

-----Sobre a reunião com o PSD, foi solicitado ao Executivo Camarário numa reunião da concelhia do PSD e portanto, nós reunimos, conversámos sobre pontos de vista sobre diversas matérias da nossa vida quotidiana do município. E falaremos com todos, falaremos com a CDU sempre que quiser conversar connosco, falaremos sempre com o CHEGA, quando quiser conversar connosco e falaremos sempre com o PSD, e receberemos sempre todos os partidos no sentido de, obviamente mantermos esta relação de proximidade com todos. -----

-----Sobre a reunião com o senhor Pároco da Póvoa de São Miguel, eu no dia sete de janeiro eu não estive nessa reunião com o Pároco, no entanto, então eu passava a palavra ao José Banha para complementar a informação”. -----

-----No uso da palavra o senhor Vereador José Banha disse: -----

-----“Começo pelo padre, sim, essa reunião que ocorreu com o senhor Padre, da Póvoa, Safara e Amareleja, houve uma situação que tinha a ver com a inauguração da



casa mortuária e com os elementos que tinham que se preparar, nomeadamente as mesas e aqueles materiais que foram feitos pelos nossos serviços. Foi também abordada a questão do apoio à Casa da Divina Providência de Safara, apoio a uma carrinha que, entretanto, até já trouxemos esse apoio. O Senhor Padre também veio com essa necessidade, foram esses os dois temas da reunião aqui na sala de sessões. -----

-----Já agora posso responder também às outras questões. Bom em relação a responder aqui ao Sobral da Adiça é verdade, que a equipa do asfalto esteve só por altura da festa. Tive esta confirmação agora, a informação que hoje tinha tido de manhã fiquei e percebi que tinham estado lá antes deste período da chuva intensa. Aquilo que aconteceu antes do período da chuva intensa foi que nós passamos algumas massas asfálticas, que é aquilo que nós temos de falar com todos os presidentes de Junta de Freguesia, porque também nesse modo e nessa ação de cooperação entre a Câmara e as Juntas do Concelho, nós disponibilizamos a todos essa possibilidade. Ou seja, nós temos os baldes das massas asfálticas e disponibilizamos gratuitamente para poder aplicar, porque naturalmente nesta colaboração, às vezes há um buraco de maior dimensão ou maior expressão que precisa ser resolvido e que naturalmente não vamos lá só com uma equipa para fazer isso e as juntas têm feito esse trabalho connosco. -----

-----E foi aquilo que a gente também fez nesta situação do Sobral e por isso eu induzi aqui em erro que tinha sido a equipa, eu digo assim de forma clara que não foi dessa forma. No entanto, nós todos sabemos que as Juntas de Freguesia e esta brigada do asfalto, nós chamamos a brigada do asfalto que vai com mais músculo, digamos assim, resolver situações com mais tempo, está calendarizada e está a circular pelo Concelho e isso penso que vamos seguir esse processo. -----

-----Entretanto, nós, para não errar aqui as datas, vamos dar essa informação ao senhor Presidente Hélder Raposo, até porque o senhor Presidente tem a via aberta com o chefe de divisão, como todos os presidentes das Juntas de Freguesia, tem a via aberta com o chefe de divisão da DSO para todas as situações. Mas também é importante que se diga isso, por acaso às vezes não se vê aqui relatado que nesta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

relação que nós temos com as juntas de freguesia. Normalmente os presidentes só veem, estão sempre a meter a situação do que é que não está feito, mas esquecem-se da outra componente em que nós trabalhamos muito em colaboração, em que se faz um pedido à Câmara num determinado momento e que a Câmara acede naturalmente sem estar protocolado, sem haver qualquer situação que protocole essa relação, mas sim pela boa relação entre instituições. E isso aconteceu com o Sobral, com a Amareleja acontece com a Póvoa, com Santo Aleixo da Restauração, com o Safara e com Moura. E por isso também é importante às vezes nós dizermos isso e agora digo isso claramente porque olhando para a situação do Sobral, foram-me reportadas aqui algumas situações de boa relação em que temos colaborado no imediato e acho que isso também é importante nós salvarmos esta situação. Dizer que nesta questão do apoio nas massas asfálticas não é também só isso, ou seja, nós há dois anos atribuímos a cada uma das freguesias uma placa compactadora que foi, digamos, uma oferta a todas as freguesias para também nos ajudarem nesse trabalho e naturalmente é utilizado também no calçetamento também das ruas. -----

-----Em relação à Ribeira da Perna Seca vamos lá ver, nós temos ali duas coisas distintas, temos uma zona em que precisa de ser aplicado o corte da vegetação e temos outra que toda ela está em betuminoso e que não precisa de corte de vegetação nenhuma, porque aquilo tem uma realidade diferente do resto. Agora, aquilo que nós dissemos quando andamos a falar da negociação, da transferência dessa competência é que efetivamente faz sentido para a Câmara que passe tudo ao comprimento daquela Ribeira. E para isso nós temos que quantificar não só a parte que fica em frente na zona urbana, temos que quantificar a outra componente. E como essa componente ainda não está quantificada, aquilo que nós dissemos é que nós este ano vamos quantificar isso e quando delegarmos essa função não é para ficarem com o problema, é nós passarmos as verbas necessárias para que se trate por completo aquele perímetro. É isso que nós queremos fazer. Nunca iremos passar o problema no sentido de tomem e agora resolvam, não. Nós queremos passar juntando naturalmente e quantificando o custo de todo aquele perímetro, e isso, que fique bem claro, porque não, nós não temos essa prática aqui na casa que é passar o problema e depois dizer



que não é connosco. Quando nós passarmos essa situação desse tratamento, será devidamente quantificado é isso que nós vamos fazer durante este ano. Porque nós já fizemos algumas intervenções e podemos ver este ano, por exemplo, nas enxurradas que houve agora, até se comportou relativamente bem o escoar da água, não é. Porque já houve também algumas intervenções, mas é de alguma complexidade e por isso temos que o quantificar. Não vamos é passar para a junta e dizer tomem cinco quando o investimento se calhar anual tem que ser quinze ou vinte, não é? Quando nós negociarmos isso, negociamos com valores concretos no âmbito do tratamento que tem que ser feito e aí a Junta não irá ficar a perder, agora ou quer depois tudo ou naturalmente não faz sentido só querer uma parte. Foi isso que eu quis dizer.-----

-----Em relação ao bloco da escola naturalmente, o bloco já está encerrado há muito tempo, está sem uso teremos de tratar da questão da cobertura e supostamente também do chão, do pavimento e depois, naturalmente, em conjunto, também com a Junta de Freguesia e com os serviços municipais, ver exatamente o que é que nós podemos alocar ali naquele espaço. Mas isso é algo que nós temos que ver a seguir”. -

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Amareleja, o senhor eleito Tiago Batista cumprimentou a Mesa da Assembleia, o Executivo, os restantes Vereadores eleitos e os restantes membros da Assembleia. -----

-----Prosseguiu o eleito frisando que as suas questões e chamadas de atenção, como foi referido, eram problemas de todos, alguns repetidos, mas não menos importantes, o eleito pretendia reforçar mais uma vez e destacar outros ou evidenciar. -

-----O eleito prosseguiu ressaltando que as estradas eram da competência do IP, no entanto, a estrada da trezentos e oitenta e seis, que liga a Póvoa/Amareleja estava péssima, e necessitava urgentemente da dita pressão que se deveria fazer junto do IP. O eleito frisou que fez essa pressão e que ainda não tinha obtido resposta. No entanto, referiu que gostaria que se tivesse atenção a esse troço da estrada que estava muito mau, quer a nível do pavimento, a sinalização, as bermas, mas especialmente o pavimento. -----

-----Em relação aos arruamentos o eleito frisou que já foi falado da questão das massas frias, frisando que não era suficiente, pelo menos na Amareleja não era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

suficiente, uma vez que o eleito, todos os dias ouvia questões e reclamações que a massa não era suficiente e que embora já lá tivesse andado a brigada do asfalto e tivesse tapado alguns grandes, havia outros tantos por tapar. Prosseguiu o eleito referindo que a parte dos calceteiros, havia algumas ruas que não eram com as massas frias, teriam que ser mesmo o serviço de calceteiros que também já tinha sido solicitado e que estavam a aguardar que passassem por Amareleja. -----

-----Em relação aos caminhos rurais, o eleito frisou que também já foi falado e que pretendia reforçar, uma vez que continuavam a receber todos os dias pedidos de ajuda para pessoas para acederem às propriedades, alguns sem nexos porque eram caminhos particulares, mas ainda assim era à Junta que recorriam. -----

-----O eleito ressaltou que outras questões, sobre o eterno problema da água pretendia saber se havia algum avanço, se havia alguma informação. Uma vez que agora tem chovido e não faltava a água, o eleito frisou que não tinha havido muitos cortes e que ficavam esquecidos, mas era um problema que mais cedo ou mais tarde iria voltar.-----

-----Prosseguiu o eleito ressaltando que a questão da estação elevatória que continuava sem funcionar e pretendia saber como é que estava o ponto da situação. --

-----Em relação à Esplanada Mercedes o eleito frisou que continuava a obra e que pretendia saber as previsões porque já lhe tinha sido colocada a questão, e pretendia saber qual era o ponto da situação, perspectivas, datas, se possível, para o eleito poder responder. -----

-----Por fim, o eleito Tiago Batista colocou mais uma questão, frisando que não era que se sentisse discriminado, mas gostava de saber quem era o responsável da edição do boletim municipal. O eleito frisou que, saíram recentemente as fotos do evento em parceria com a Câmara Municipal de Moura sobre a Feira do Vinho e ficou espantado porque em vinte e três fotografias do evento, ressaltando que não pretendia protagonismo nem nada disso, nem os restantes membros do executivo, no entanto frisou que em nenhuma das fotografias estava o executivo que foi parceiro no processo de criação da Feira do Vinho dois mil e vinte e seis. O eleito pretendia saber quem era



o responsável da edição ou da seleção de fotos, frisando que apenas aparecia numa fotografia de costas. -----

-----No uso da palavra a eleita Ana Farinho cumprimentou todos os presentes e prosseguiu frisando que a questão que pretendia colocar se prendia com uma situação que já tinha colocado na Assembleia várias vezes. A eleita referiu que tinha que ver com o ponto da situação do processo do convento do Carmo. A eleita frisou que em várias alturas diferentes do processo, foi falado com diferentes ministros e acabaram por ficar um bocado sem saber quem era que tutelava efetivamente a matéria e, portanto, os eleitos da CDU pretendiam saber como estava o processo.-----

-----A eleita ressaltou que sabiam que era um processo difícil, era um processo pesado, no entanto, os eleitos da CDU pensavam que também existia alguma responsabilidade na gestão deste processo, uma vez que ao longo dos anos acabava por haver reuniões, mas depois aquilo que os eleitos viam em concreto era a contínua degradação do edifício e no momento, até já havia existência de problemas na Igreja do Carmo.-----

-----Prosseguiu a eleita frisando que tinha uma última questão, que se prendia com o Cine Teatro Caridade, também um processo que já se vinha arrastando desde pelo menos dois mil e dezoito, numa altura em que ainda existiria alguma licença provisória para que o cineteatro funcionasse e, no entanto, isso acabava por se arrastar sem os eleitos da CDU saberem, questionando em que ponto estava a situação. -----

-----No uso da palavra o eleito João Guerreiro, pediu desculpa por trazer à Assembleia o mesmo assunto, no entanto o eleito pretendia demonstrar a todos os presentes as suas preocupações e também prestar informação, que estava em crer que era útil. O eleito prosseguiu frisando que, no seu entender, não era da responsabilidade do senhor Presidente trazer para a mesa a apreciação do projeto daquela obra, isso cabia a outras entidades e o eleito referiu que tinha sido claro nas preocupações que trazia. -----

-----O eleito frisou que quando não se ouviam as pessoas no terreno e não se ouviam todos os que contribuíam para um bolo final capaz, o eleito pretendia apontar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

três exemplos daquilo que acontecia. Prosseguiu o eleito frisando que no Centro de Saúde de Barrancos tinha um piso zero e tinha um piso por cima e colocaram um elevador que ninguém utilizava, frisando que utilizava o eleito para ver se trabalhava, porque não trabalhando, também se danificava causando custos. Em relação ao Centro de Saúde de Moura, o eleito frisou que o Centro de Saúde de Moura, ressaltando que embora fossem fazer obras de melhoramento e saudava isso, no entanto, o eleito referiu que o centro de saúde de Moura era quase um estudo de caso, porque fizeram, no seu ponto de vista, num sítio errado, não era para estar ali. Prosseguiu o eleito referindo que qualquer comissão de avaliação de risco e segurança que fosse fazer uma avaliação do risco e da segurança, não aprovava aquela obra. Desde logo com a escada interior que puseram lá, colocando em causa os problemas de mobilidade das pessoas, começando pelos profissionais e acabando nos doentes frisou o eleito. Porque até à data, o eleito ressaltou que a escada interior dificultava a mobilidade dos doentes que utilizam a escada interior para utilizarem uma parte do centro de saúde e depois utilizarem os serviços em baixo, que era a outra parte do centro de saúde, no entanto, no caso não colocaram o elevador. Prosseguiu o eleito que o centro de saúde foi acumulando erros, tantos erros que assim que foi elencado um conjunto de modificações e melhorias ao centro de saúde ao empreiteiro, o empreiteiro foi pensar, fez a equação, foi-se embora e não fez a obra, tanto que assim foi que o centro de saúde nem sequer foi inaugurado. -----

-----Prosseguiu o eleito frisando que em relação à urgência de Moura também não foi ouvido quem estava lá e quem podia ter dado uma opinião mais avalizada da questão. O eleito prosseguiu frisando que o encarregado que foi fazer a obra chegou e questionou onde era a saída de emergência do SUB de Moura, sendo informado que o SUB de Moura não tinha saída de emergência. O eleito prosseguiu e referiu que informou que a saída de emergência era a saída para onde se fazia o circuito de entrada dos doentes, ao qual o empreiteiro ficou perplexo frisando que iam ficar sem saída de emergência, uma vez que, as únicas janelas onde poderia ser executada uma manobra e em último caso de saída de emergência, colocaram os vidros e depois gradearam-nas a cimento o que impossibilitava uma saída de emergência. -----



-----O eleito frisou que acordou com o empreiteiro para que a obra pudesse ser começada pela entrada do centro de saúde o mais rapidamente possível, para deixar aquela zona para serviço de saída de emergência, frisando o eleito, que as suas preocupações de não se ouvirem todos os atores envolvidos nos processos o produto final normalmente fica defraudado. -----

-----No uso da palavra a eleita Fátima Ramalho ressaltou que uma questão que se reportava à transferência de encargos na área da educação, os eleitos da CDU tinham verificado que se acentuava a diferença entre as despesas e as receitas, segundo informação relativa a dois mil e vinte e cinco, sendo de dois milhões, novecentos e noventa e três mil, duzentos e oitenta e oito euros e noventa e nove cêntimos de despesa e dois milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quinhentos e trinta e cinco euros e oitenta e seis cêntimos, ou seja, existindo uma diferença de quatro milhões, quatrocentos e dez mil e setecentos e cinquenta e três euros e treze cêntimos, frisando a eleita que esperavam que a situação estivesse a ser resolvida. ----

-----Para finalizar a eleita frisou que a bancada da CDU, solicitava que lhes fosse enviado uma cópia de todas as comunicações que foram efetuadas entre a Câmara sobre essa matéria, bem como todas as respostas que foram obtidas. -----

-----No uso da palavra o Presidente da Câmara disse: -----

-----*“Muito obrigado, Senhor Presidente Tiago, sobre a questão das estradas depois o José Banha fala. Na questão da água, se bem que só há interrupção no fornecimento de água quando há alguma rotura e obviamente tem que se resolver a rotura, portanto aí nessa altura tem que haver alguma interrupção do fornecimento de água. Se bem que nós tentamos que seja o tão curto espaço de tempo quanto possível, de forma a não criar transtorno de espécie alguma para os nossos munícipes.*

-----*Sobre a questão das estradas e fez bem em colocar a situação da trezentos e oitenta e seis entre Póvoa e Amareleja, pois há um compromisso das infraestruturas de Portugal, em vez de fazerem aquela conservação dita normal que têm feito nos últimos tempos, de fazer o projeto. Há um calendário que eles assumiram para connosco. Há um calendário para fazer o projeto estrutural por completo daquela via e depois executar essa empreitada, lançar o procedimento para essa empreitada. Portanto,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

agora o que nós aguardamos e vamos continuar a pressionar é que eles de facto cumpram e tenham desenvolvido ao longo do ano de dois mil e vinte e cinco o projeto e que agora em dois mil e vinte e seis lancem essa empreitada. Mas, como vos digo, foi isto que ainda no tempo do engenheiro Pinelo, eles se comprometeram connosco e aquilo que a engenheira Rosário Rossio me transmitiu, que iriam obviamente fazer no tocante daquela estrada. O Estado é de tal forma difícil que não passaria apenas por aquele trabalho que se costuma fazer em termos de conservação. -----

-----Sobre a questão do boletim municipal, Presidente, eu também não vivo preocupado se apareço em mais fotografias ou menos fotografias e não tenho neste momento memória de quantas fotografias da Feira da Vinha e do Vinho foram publicadas, é da responsabilidade do Gabinete de Comunicação e o Gabinete de Comunicação depende diretamente do Presidente da Câmara. Como é óbvio, lamento que não tenhamos aparecido os dois juntos em fotografias na Feira da Vinha e do Vinho. Mas é coisa com que eu, de facto, não me preocupo, é se apareço mais ou apareço menos, até faço questão de não aparecer em tantas fotografias quanto isso. Aqui há alguns anos, de facto, era assunto de que se falava muito sobre quantas fotografias é que o Presidente da Câmara apareceria no boletim municipal e isso deixou de ser tema de conversa, porque tentamos ser o máximo transparente quanto isso. E não temos de forma alguma, era só o que faltava que tivéssemos que esconder os nossos eleitos locais naquilo que são os eventos da Câmara que são os eventos, obviamente, em que todos estamos juntos. Não há qualquer tipo e acredite o senhor e qualquer Presidente de Junta de Freguesia, qualquer tipo de comportamento da parte desta casa que ponha em causa esse princípio, Presidente, de maneira nenhuma. Sobre a explanada Mercedes depois, o José Banha, complementa. -----

-----Dizer à Ana Farinho em relação ao ponto de situação do Convento do Carmo, há uma concessão. Ana, há uma concessão a Câmara tem acompanhado o concessionário nas diligências junto do Governo. Como toda a gente sabe, o projeto continua inscrito no Revive. Quando foi inaugurada uma sala da cooperativa Granja Amareleja eu sabendo que ia lá estar o senhor Secretário de Estado do Turismo, eu almocei nesse dia com ele nesse evento, e ele transmitiu-me que foi, penso que em



junho ou em julho de dois mil e vinte e cinco, ele transmitiu-me que iríamos ser chamados, o concessionário e eu iríamos ser chamados pelo Ministro da Economia e que eles tinham uma solução para o financiamento do convento do Carmo, no âmbito do Revive. -----

-----Passou este tempo todo e nós vamos estar, até porque não vou estar sozinho no dia vinte e sete, vou estar com o concessionário na reunião com o Ministro das Infraestruturas, nós vamos chatear toda a gente e vamos chatear toda a gente para que se resolva este processo do convento do Carmo. O que é certo é que o Ministro da Economia ainda nos chamou, da parte do turismo de Portugal e da parte do Secretário de Estado do Turismo, entretanto, não nos transmitiram nada mais. Mas nós vamos continuar obviamente a fazer aquilo que é o nosso trabalho enquanto Câmara. Há uma concessão, mas obviamente nós temos que proteger aquele património e temos que continuar a trabalhar no sentido de haver uma solução e para que aquele hotel, de facto, se construa. -----

-----Sobre o cineteatro Caridade Ana, nós vamos devolver o cinema à nossa cidade e ao cineteatro. Praticamente os trabalhos estão todos concluídos, a instalação do AVAC, a instalação do sistema de som e de cinema digital. Estamos a aguardar, obviamente, que duas portas corta fogo sejam fornecidas, são portas que têm que ser feitas à medida e da informação que recolhemos hoje, só para finais de março, é que o fornecedor nos faz chegar essas portas corta o fogo e, portanto, houve ali algumas alterações que o IGAC foi solicitando. Não tem sido fácil e vou ser honesto convosco não tem sido fácil, obviamente, porque o IGAC cada vez que cá vem aparece sempre com uma ideia nova. E nós tivemos uma reunião, penso que foi no início do ano no IGAC no qual eu estive presente com o Arquiteto Pedro Ângelo, com o intuito de afinarmos de uma vez por todas o que é que o IGAC quer para fecharmos este processo.-----

-----Ana, temos o equipamento instalado operacional, temos o AVAC instalado operacional, temos até as alterações que eles nos pediram no que toca aos espaços para pessoas com mobilidade reduzida, nós alterámos, tudo aquilo que eles foram pedindo nós fomos fornecendo. E enviámos relativamente há pouco tempo informação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

atualizada sobre todas as coisas que nos pediram e informando que só, aguardamos a instalação das portas corta fogo e obviamente até pedimos e ainda não tivemos resposta e esta semana enviei novo e-mail com conhecimento também ao Gabinete da Ministra da Cultura. Penso que a questão das portas corta fogo quer na sala de projeção, quer na sala de ensaios, não punha em causa neste momento a projeção de cinema nesta cidade. Mas não o podemos fazer enquanto o IGAC não passar, não emitir a licença e não nos permitir, obviamente fazer. Aparecem notícias nos jornais que todos os dias fecham salas de cinema de norte a sul do país e nós estamos a fazer um esforço muito grande como vocês sabem, é um edifício adaptado é um edifício antigo, que oferece de facto, muita exigência para se adaptar àquilo que o IGAC quer, mas aquilo que nós temos feito é ir ao encontro dessas orientações do IGAC. E eu sem querer comprometer com datas, porque isso depois quer dizer, eu estou em querer que instaladas as portas, chegadas as portas que são portas feitas à medida para instalar, que o IGAC liberta a licença e podemos começar obviamente a ter cinema em Moura é essa a minha expectativa, porque temos feito de tudo. Temos tido várias inspeções do IGAC, tem vindo várias vezes e isto é quase uma novela, já é um filme. É uma novela porque tem episódios que nunca mais acabam. Mas vamos ver se o fornecedor de facto vai chegar com essas portas em março, penso que finais de março, e a partir do momento que chegar, nós instalamos as portas e enviamos as evidências para o IGAC, tal como nos comprometemos. Embora nós tivéssemos feito esse pedido, esta semana voltámos a reforçar esse pedido e até agora não tivemos qualquer resposta do IGAC, no que toca às últimas diligências que fizemos e os últimos acertos que nós fizemos.-----

-----Quanto às questões que o João Guerreiro colocou, no fundo foram mais observações do que propriamente questões. João, eu compreendo todas essas questões, mas eu não sou nem Ministro da Saúde, nem Presidente da ULSBA, a única coisa que eu posso fazer é no quadro das minhas responsabilidades, ser sempre parte da solução. E obviamente ser também a voz dos profissionais de saúde, quer do centro de saúde, quer do serviço de urgência básica e fazê-la chegar a quem de direto



que é isso que eu tenho feito desde dois mil e dezassete, na pele do Presidente da Câmara. -----

-----E continuaremos, obviamente, a ser porta-voz dessas necessidades e dessas dificuldades, e continuaremos também a ser aquilo que temos sido até aqui. Quer dizer, também que quando há mais apertos e quando há questões em que nós podemos solucionar com o apoio da Câmara, nós fazemos esse caminho. A história do centro de saúde, deste edifício do centro de saúde é uma história triste, como triste também é da esquadra da PSP, porque também padeceu do mesmo tipo de capacidade do Estado para fazer mal e nós queremos também corrigir isso. -----

-----Portanto, eu espero e tenho essa esperança que com esta obra, obviamente as pessoas tenham todas as condições que merecem para trabalhar de forma serena. Porque se há coisa que nós, o melhor edifício que nós temos de saúde são as pessoas competentes que temos no centro de saúde e no serviço de urgência básica. E esse edifício que nós temos é a melhor garantia do trabalho que se presta a favor da comunidade. Agora as condições em que têm trabalhado durante décadas de facto, mas por isso é que nós entrámos neste caminho e por isso é que nós obviamente queremos executar esta obra de tanta importância e por isso é que temos pressionado tanto os governos para chegarmos de facto a esse edifício físico que realmente proporciona as melhores condições possíveis aos profissionais de saúde. -----

-----Quanto às questões da Fátima, peço que se registe, de facto, o envio desses elementos que a Fátima está a pedir. Só para complementar no dia em que tivemos a reunião da tal secção dos municípios com barragens, eu reuni com o novo Secretário-Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses e lembrei-o que em janeiro de dois mil e vinte e cinco, nós enviamos o nosso relatório relacionado com a transferência de competências. E que, mais uma vez solicitávamos à Associação Nacional de Municípios e ao Governo o agendamento de uma reunião de trabalho para que pudéssemos discutir obviamente este processo e pudesse haver, sem dúvida nenhuma, o ressarcir dos municípios, porque os municípios e o município de Moura obviamente mete mais dinheiro que aquilo que vê do Estado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----*Eu não tenho dúvidas nenhuma que as escolas hoje funcionam melhor, que as condições que proporcionamos às nossas crianças são melhores, mas que estamos mais uma vez a trabalhar em nome do Estado e estamos a trabalhar para o Estado no que toca a esta descentralização de competências. O que me foi dito pelo Secretário-Geral é que no dia dezanove de março vamos ter uma reunião em Évora, entre a Associação Nacional de Municípios e os municípios para discutir esta questão da descentralização de competências, e que, da parte do Governo existe vontade em renegociar ou ajustar as verbas que chegam aos municípios. E obviamente nós vamos bater-nos pelas verbas que colocamos a mais e têm que dar resposta, como é óbvio a essas necessidades. Nós estamos neste ponto, após a reunião de dezanove de março, quer na Câmara quer na Assembleia, daremos conta dessas diligências e do que sair dessa reunião*”.

-----*No uso da palavra o vereador José Banha disse:*-----

-----*“Tinha aqui apontado duas questões, penso que é isso que falta responder. Que é a questão da água da pergunta do Presidente da Junta de Freguesia da Amareleja. Vamos lá ver a questão da água nós temos trabalhado em duas dimensões, uma dimensão é a revisão das redes, dos projetos das redes em baixa, no intuito de haver um investimento consistente nessa matéria. Os quadros comunitários estão aí em vigor, nomeadamente o vinte/trinta e vai haver verba naturalmente para essa componente. Há aqui apenas um pequeno entrave. Há uma orientação de gestão que obriga que todas as intervenções com fundos comunitários nesta área da rede de águas em baixa, pressupõe que no final do investimento, o tarifário tem que cobrir noventa por cento no mínimo, noventa por cento dos custos associados. E no âmbito na esfera da CIM dos municípios que compõem a CIM olhando assim à primeira vista neste momento, quem pode cumprir quem está em condições de cumprir essa questão dos noventa por cento é Beja. Todos os outros pelas perdas que existem na rede e que naturalmente estão reportadas a ERSAR, não é muito fácil avançar para uma matéria dessa natureza, para uma componente dessa natureza, porque estamos longe de conseguirmos garantir os noventa por cento. Aquilo que se está a trabalhar é que tem que haver uma alteração nessa questão de orientação de gestão e nós na reunião*



que tivemos até com a Junta de Freguesia e isso foi falado, precisa de haver uma alteração a nível do regulamento para que nós possamos e a maior parte dos municípios possam avançar com aquele trabalho que já fizeram à priori, que é a revisão dos projetos que existem em baixa. No entanto, e em concreto, no caso da Amareleja, nós sabemos que estamos a falar de uma localidade com dois mil e cem habitantes e que naturalmente tem muitas ruas e que há uns tempos, para não dizer, há alguns anos, cada vez que havia o problema de ter que se intervir num ramal de água teria que se fechar a rede de água a toda a localidade, porque existiam válvulas de secção, mas não tinham manutenção há muitos, muitos, muitos anos. Aquilo que se tem vindo a fazer nos últimos anos e isso é um trabalho dos serviços até internos do município, é ir substituindo essas válvulas e fazendo a reparação e manutenção dessas válvulas, o que nos permite seccionar a localidade em várias zonas. E às vezes quando há necessidade de uma intervenção num dos ramais, não tem impacto na localidade toda. Nas outras freguesias, também existem as válvulas de secção, mas aqui na Amareleja era mais expressivo, porque quando acontecia era fechado por completo e as válvulas existiam, só que não funcionavam. Isso é aquilo que nós estamos a fazer e naturalmente tem-se sentido menos o fecho por completo da rede de águas e vamos sempre que conseguirmos ir melhorando a pouco e pouco a questão da rede. -----

-----Em relação à esplanada Mercedes, a esplanada de Mercedes foi uma obra que iniciou em fevereiro de dois mil e vinte e cinco, com um prazo previsto de conclusão de duzentos e quarenta dias, o que perfazia que teria a sua conclusão em novembro. Pronto não ocorreu, não ocorreu nessa data e não ocorreu não foi por culpa da Câmara, porque a Câmara, felizmente, na relação que tem com os empreiteiros não tem qualquer situação que lhe possam ser imputados essas dificuldades. As dificuldades foram de natureza técnica por parte da empresa, e isso foi debatido depois com o empreiteiro, quando pediram a prorrogação de prazo, mas naturalmente foram dificuldades, natureza operacional e de gestão interna da empresa, muito por culpa de não conseguirem. Isso são palavras do empreiteiro de não conseguirem subempreiteiros para virem para esta região executar os trabalhos que eles tinham



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

contratualizado. E isso tem sido aqui um problema e cada vez que reunimos com o empreiteiro vem sempre esta questão para cima da mesa. Aquilo que foi acordado entre as partes, naturalmente com uma avaliação técnica por parte dos técnicos do município, foi concedido cento e setenta e um dias de prorrogação, até graciosa. -----

-----Nós podíamos ter aplicado multa, mas não o fizemos e ainda não o fizemos a nenhum empreiteiro que tem trabalhado connosco. Porque o que nos interessa naturalmente é que as obras terminem, sejam concluídas e que sejam colocadas à disposição da população. Aqui, aquilo que está previsto neste momento é que o término da obra seja em maio deste ano, ou seja, os cento e setenta e um dias, a partir de novembro, vão bater no mês de maio. Estamos a pressionar e aqui quando eu digo pressionar é mesmo o município, o dono da obra está a pressionar o empreiteiro no sentido de cumprir esta data. Não queremos derrapar desta data. Naturalmente eles como ainda agora choeram os quinze dias ou quase três semanas e ainda tinham frente de obra e quando param, já sei que mais à frente vão falar nesses quinze dias porque aproveitam todos os dias para poderem utilizar para findar a obra. Mas aquilo que posso garantir aqui na Assembleia é que em relação a esta empreitada, estamos muito firmes com o empreiteiro e eu próprio até já falei com o gestor da empresa no sentido de que garanta que no mês de maio esta obra está concluída. É isso que nós temos que fazer e penso que vamos terminar nesse período, mais dia menos dia há-de ser no mês de maio". -----

-----No uso da palavra o eleito João Ramos frisou que houve uma questão que o Senhor Presidente da Câmara não respondeu, mas que antes disso, e antes de relembrar, o eleito referiu que pretendia dizer que o Senhor Presidente da Câmara podia estar descansado, que aparecia no boletim municipal. Frisando o eleito que aparece e até mais curioso a foto principal para ilustrar a Feira do Vinho da Amareleja, era uma fotografia do Senhor Presidente da Câmara com o anterior Presidente da Junta. O eleito ressaltou que se calhar era do arquivo e que era uma foto da edição da Feira de dois mil e vinte e quatro. O eleito frisou que o senhor Presidente não era ingênuo e que não poderia querer que os eleitos da CDU também fossem, ressaltando que a seleção das fotos correspondia a uma mensagem que se queria passar.



Prosseguiu o eleito frisando que relativamente ao boletim municipal, referiu que o boletim municipal não era do Senhor Presidente, frisou que o boletim era do município e que na reunião da noite anterior se tinha levantado o problema do boletim, nomeando o exemplo, de não colocar as questões da Assembleia Municipal e aquilo que era aprovado na Assembleia Municipal. E por essa razão, o eleito frisou que havia uma mensagem e uma linguagem que se queria usar e a opção foi não colocar o atual representante do parceiro nas fotografias do boletim municipal, mas colocar o anterior representante do parceiro. O eleito João Ramos referiu saber que a força política do senhor Presidente era apoiante do anterior representante do parceiro, no entanto o eleito frisou que a realidade era dinâmica e o boletim municipal não a refletia. O eleito prosseguiu e referiu querer dizer também ao senhor Presidente, que voltou agora a bater o pé por causa da reposição da Freguesia de Santo Amador e o eleito referiu que lamentava, pois o senhor Presidente concordava com a reposição da Freguesia de Santo Amador, mas era se houvesse um alinhamento de astros. O eleito frisou que o senhor Presidente dizia ser a favor da reposição da freguesia de Santo Amador, mas que não fazia para que acontecesse, uma vez que perante a oportunidade de ter sinalizado num órgão que era fundamental, não o fez e que essa postura tem sido coerente com a intervenção do senhor Presidente.-----

-----E por último o eleito João Ramos frisou que antes de reafirmar as perguntas, disse que o senhor Presidente gostava de fazer leituras parciais e de colocar palavras na boca dos eleitos da CDU. O eleito ressaltou que a CDU não tinha participado na última reunião ao abrigo do estatuto da oposição, e frisou que o seu camarada José Maria Pós-de-Mina tinha referido que os eleitos não participaram na última, no entanto, o eleito ressaltou que participaram nas sete anteriores e que tinha havido oito reuniões. O eleito reforçou que participaram nas sete anteriores, ressaltando que apresentaram propostas e que tinha sido entrar por um ouvido e sair pelo outro. O eleito frisou que era este tipo de trabalho conjunto que não era feito e quando se dizia construir em conjunto, não era bem assim. -----

-----O eleito prosseguiu dando um exemplo, naquilo que era a escolha de representantes da Assembleia Municipal para a CPCJ e do que era anteriormente e do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

que era no presente. O eleito frisou que o envolvimento enquanto a CDU presidia à Câmara, o envolvimento de diferentes forças políticas nos diferentes órgãos de empresas municipais, por exemplo, nomeando o caso da Contenda, onde eram escolhidas, ressaltando que se tinha o cuidado de haver representação das diferentes forças políticas, uma vez que, o construir em conjunto era isso, era envolver os outros e o eleito frisou que essa não tem sido a opção do senhor Presidente e nem do executivo. -----

-----Para finalizar, o eleito prosseguiu salientando que pretendia lembrar que o senhor Presidente não respondeu à questão de quais eram os compromissos dos senhores ministros com quem reuniu. O eleito frisou que o Senhor Presidente voltou a falar no assunto que já tinha falado da senhora Ministra da Saúde, mas não referiu relativamente aos outros ministros, que compromissos é que havia relativamente ao regadio, à rede Natura, ao investimento na água em alta, que compromissos é que tinha havido no âmbito das reuniões que estavam referidas no documento. -----

-----No uso da palavra o Presidente da Junta de Freguesia do Sobral da Adiça, o senhor Hélder Raposo frisou que iria ter que voltar ao assunto da casa mortuária, frisando que não foi o Presidente Hélder que tinha assinado no dia vinte e três de junho de dois mil e vinte, um protocolo em que dizia no artigo três ponto quatro “comparticipar em cinquenta por cento do valor total do investimento não financiado pela candidatura para a realização das obras de alteração na Casa Mortuária”. Prosseguiu o eleito referindo que o que se veio a verificar foi que a Câmara Municipal assumiu os cem por cento. No entanto o eleito ressaltou que inicialmente a posição do senhor Presidente era apenas participar cinquenta por cento e que ia haver uma discriminação e que não aconteceu, voltou a frisar o eleito, porque houve a intervenção dos eleitos da CDU. -----

-----Prosseguiu o eleito reforçando o que o vereador José Banha disse e bem, notando que tem havido um trabalho em parceria com a Câmara Municipal, lembrando duas intervenções feitas no Sobral. O eleito frisou a intervenção da rampa na escola para acesso a pessoas com mobilidade reduzida e de uma outra rampa para um cidadão que também estava nas mesmas condições. -----

Ata N.º 6 – Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis



-----O eleito fez questão de frisar que a Junta de Freguesia do Sobral estava disponível e o eleito ressaltou não poder apontar qualquer teor de não participação ativa da Câmara nas soluções e que os chefes de gabinete também têm sido incansáveis a trabalhar e tinham sempre sido aceites as reuniões que tinham solicitado e que tinham trabalhado em conjunto na resolução de vários problemas.-----

-----No uso da palavra o eleito José Maria Pós-de-Mina disse: -----

-----“São duas questões novas e uma que tem que ver com uma resposta que eu confesso que fiquei baralhado. E isto costuma ser assim. Depois acho que às vezes parece que diz que não se percebe, o que é que uns não querem perceber, outros não percebem. Uns explicam o outro complica essa conversa e anda aí à roda disso. Mas eu fiz uma pergunta sobre a ZEC sobre a zona especial de conservação e o que eu perguntei, senhor Presidente, foi que novidades, que notícias é que a Câmara tem sobre a aprovação do decreto-lei que conclui o processo de designação da zona especial de conservação de Moura Barrancos. E o senhor respondeu-me com o plano de gestão e disse-me que o plano de gestão tinha sido aprovado. Eu desconheço, gostava que me informassem em que data é que ocorreu a aprovação do plano de gestão. O que eu conheço é o processo relativamente ao decreto-lei e que o decreto-lei foi aprovado em Conselho de Ministros. Está neste momento a aguardar promulgação por parte do Presidente da República. E que eu depreendo do conteúdo dos outros decretos-leis que a Câmara terá recebido, o projeto de decreto-lei e que sobre ele se terá pronunciado ou sobre ele terá sido chamado a pronunciar-se. Portanto, também agradecia que depois, tendo isso ocorrido, que pudesse disponibilizar, se é necessário fazer o pedido por escrito, a gente fará o pedido por escrito. O projeto decreto-lei, qual foi o parecer que a Câmara emitiu a propósito. E se isso não ocorreu, acho que é importante que quando o decreto-lei for aprovado que haja um protesto imediato por parte da Câmara, uma vez que seguramente vai lá aparecer que a Câmara Municipal de Moura foi ouvida relativamente ao processo. Mas volto a dizer a pergunta que eu fiz foi sobre o decreto-lei e também já agora gostava de saber em que data, em que ocasião é que foi aprovado o plano de gestão. O que eu conheço do plano de gestão é que o processo de consulta pública se iniciou em dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

mil e vinte e dois. Nós anunciamos sobre isso. Olhe, a CDU participou ativamente e emitiu, apresentou um conjunto de contributos no âmbito do plano do processo do plano de gestão. Sabemos que o processo de consulta pública do plano de gestão foi encerrado em dois mil e vinte e quatro e até ao momento não temos conhecimento que o processo tenha sido concluído. E se foi concluído tendo em conta aquilo que estava no relatório de ponderação a última nota, a principal nota que devemos aqui expressar é, de facto, uma nota de preocupação, porque o relatório de ponderação dava, digamos assim, na essência de alçopa a todas as questões que foram levantadas, incluído as questões da participação também do município e da parte da cooperativa agrícola de Moura e Barrancos e de outras entidades. -----

-----Depois, outra questão que eu queria aqui abordar e esta foi-me suscitada pela intervenção do senhor Vereador Banha sobre a questão do ciclo urbano de água. Eu queria aqui, acho que era importante fazer-se aqui uma precisão compartilhando preocupações que foram aqui referidas relativamente à questão da existência de uma orientação de gestão que é extemporânea e que causa perturbação no âmbito dos processos de candidatura. E é extemporânea, por exemplo, ela nem consta do aviso que está aberto no portal do Alentejo vinte trinta como um dos requisitos a que é necessário cumprir, mas, entretanto, a orientação de gestão não diz exatamente aquilo que o vereador Banha referiu. O plano de gestão ou a orientação de gestão não obriga as entidades gestoras a cumprirem o grau de cobertura de gastos de noventa por cento na conclusão do investimento. O que a orientação de gestão obriga é que as entidades gestoras demonstrem que estão no caminho conducente à cobertura. O senhor está a dizer que não, mas eu vou ler o que diz aqui, desculpem lá, mas tem que ser assim: “nas candidaturas apresentadas por entidades gestoras, cujo grau de cobertura de custos seja inferior de noventa por cento, os proponentes deverão apresentar um compromisso de trajetória tarifária ascendente ao longo do período de realização do investimento financiado, que reflita a tendência para o equilíbrio daquele indicador, portanto, que reflita a tendência para o equilíbrio do indicador”, é o ponto dois da orientação de gestão. Na sequência de dúvidas sobre esta questão, a autoridade de gestão, produziu um esclarecimento dizendo assim: “que a taxa de



equilíbrio deve situar-se entre os noventa e os cento e dez por cento do indicador cobertura de gastos. Assim, para o exemplo referido, a aferição será feita no ano após o início de exploração. Não sendo com isso exigido que seja atingida esta taxa de equilíbrio, mas apenas que o sentido é esse”. Ou seja, se o Município de Moura tem uma taxa de cobertura de cinquenta por cento, quando apresenta a candidatura tem que demonstrar que, por exemplo, se apresentar sessenta por cento já está neste caminho. É o que diz a orientação de gestão e é o que diz a interpretação que os técnicos da autoridade de gestão emitiram relativamente a questões que foram suscitadas pelos municípios no âmbito da sua construção das candidaturas. Não obstante essa questão, eu partilho da opinião que é importante que os municípios tomem essa posição e até em articulação com a Associação Nacional de Municípios, que desapareça esta orientação de gestão e que ela não faça sentido, tal como não fazia sentido que houvesse penalização para as entidades que não se agregassem. ----

-----Por último, queria aqui abordar uma questão que é dos tais temas requentados, que tem que ver com a telenovela dos impedimentos. E é uma questão que tem sido suscitada na Câmara e a propósito de algumas votações. E quando ontem se falava de mudanças de opiniões relativamente a coisas que aconteceram há anos, esta então, portanto, ainda é mais curiosa porque numa reunião de Câmara, o Presidente declara-se impedido sobre uma determinada matéria, sobre a mesma matéria noutra reunião a seguir, declara-se impedido. E acontece caso curioso, quer na primeira situação em que se declara impedido, quer na segunda situação em que se declara impedido a proposta que é apresentada não é aprovada e depois, na terceira tentativa que o assunto volta à Câmara, o Presidente já não se declara impedido, nunca justificou porque é que se declarou impedido numa altura e porque é que deixou de estar impedido. Nunca foi esclarecido isso, mas pronto, admito que seja uma opção pessoal e responsabilidade do Presidente. O que é um facto é que, na terceira tentativa, a proposta foi aprovada, ou seja, não havendo o esclarecimento cabal sobre esta matéria, a única conclusão que se pode tirar é que a mudança de postura era para criar condições para a aprovação da proposta. Proposta esta que, mais uma vez, na designação de pessoas para determinadas entidades, mais uma vez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

deixava de fora outros representantes indicados pelas outras forças políticas, o que é, portanto, o caso já habitual e natural desta tal Câmara que pretende ou que diz que envolve todos, mas que, portanto, centra em si aquilo que é a responsabilidade da gestão e não entra numa lógica de partilhas”.-----

-----No uso da palavra o eleito José Gonçalo frisou que pretendia colocar duas questões simples relativamente a pontos de situação. O eleito frisou que pretendia saber informações sobre o plano de urbanização Moura Ardila, também sobre o processo da central solar e, acima de tudo, o que poderá ser uma mais-valia significativa para o Concelho, que é a questão do projeto turístico e por último o eleito frisou que pretendia informação relativamente à UP4 da Amareleja, que evolução havia relativamente ao registo dos lotes.-----

-----O eleito José Gonçalo referiu saudar o senhor Presidente da Câmara, uma vez que relativamente à sua intervenção inicial, porque apesar dos três casos, acerca dos quais o eleito tinha levantado, o Senhor Presidente voltou a reafirmar o seu compromisso relativamente ao envio da questão da informação da circular após a insistência, e que de qualquer das formas merecia saudação e os eleitos da CDU ficavam a aguardar.-----

-----No uso da palavra eleito José Galego frisou que passado horas de reunião, chegou à conclusão que a Câmara não tinha feito nada de jeito. No entanto o eleito descobriu que fizeram uma coisa bem feita, frisando que a Câmara tinha dado início às obras na rua de São Sebastião em Safara e estava muito agradecido por isso. O eleito frisou que sabia que as obras estavam a avançar, que as coisas não eram tão rápidas como se pretendia, devido aos procedimentos, mas que felizmente a obra estava a avançar. -----

-----O eleito prosseguiu informando que tinha uma dúvida para colocar ao executivo, que era por causa do projeto da ecopista do ramal, uma vez que era uma pessoa que praticava BTT e tinha especial interesse por essa informação. O eleito informou saber que o projeto estava a avançar, sabia que tinha havido uma reunião na Cimbal e pretendia saber em que ponto estava a situação. -----



-----O eleito José Galego prosseguiu referindo que como era dos mais novos na Assembleia, no entanto, já estava há algum tempo, frisou que havia uma dúvida em relação à Junta de Freguesia relativamente à Casa Mortuária. O eleito ressaltou que compreendia, frisando que houve de fato um ajuste no apoio, uma vez que havia um apoio e que depois não havia um apoio e que isso era verdade, e o eleito ressaltou que concordava, uma vez que estava a assistir a essas reuniões e a esse assunto na altura. No entanto, o eleito referiu que faltou explicar que havia algumas pessoas que não tinham conhecimento dessa situação. O eleito referiu que a casa mortuária do Sobral já tinham sido duas casas mortuárias e que depois passaram a uma. O eleito frisou que houve investimento feito por parte da Câmara que começou a compartilhar uma obra, seguidamente esqueceram aquele projeto e depois era uma nova obra. No entanto, o eleito, referiu que a Câmara, ainda assim, inclusive era contra a sua opinião que achava que isso não deveria ter acontecido, não mudar a casa Mortuária. No entanto, uma vez que já tinha havido um investimento o eleito achava que o que aconteceu foi que houve um apoio maior para a casa mortuária do Sobral do que houve para a outra freguesia, uma vez que, a casa Mortuária do Sobral tinha tido um apoio para uma obra que se começou, que tinha havido material que tinha sido direcionado para a obra e depois, afinal, a casa Mortuária, já não servia ali, havendo outro apoio para fazer outra casa mortuária. Por essa razão, o eleito frisou que houve realmente um apoio superior para a Casa Mortuária do Sobral, que não houve para outra freguesia, neste caso a Freguesia da Póvoa, frisando que foi o que foi falado na Assembleia. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal disse: -----

-----*“João Ramos realmente, em relação à questão do boletim municipal, a realidade é dinâmica. Mas no que toca à promoção do Concelho, não é só o boletim Municipal que faz a divulgação de toda a atividade deste município. E se o Presidente da Freguesia da Amareleja reparar nas redes sociais do município de Moura, se calhar até tem mais visualizações que o boletim municipal. Existem lá várias fotografias de eleitos da Junta de Freguesia da Amareleja durante a Feira da Vinha e do Vinho, nomeadamente até no momento dos discursos. Eu não levo a mal quando as pessoas*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

me fazem um reparo em circunstâncias destas. Obviamente que nós queremos que os presidentes de Juntas de Freguesia tenham toda a visibilidade, nos elementos publicitários da Câmara. Como também não fiquei magoado pelo facto do Presidente de Freguesia da Amareleja no seu discurso, não se ter dirigido à Câmara, não me parece mal e não se dirigiu. No discurso não se dirigiu ao executivo da Câmara, mas eu não achei isso mal porque obviamente era o primeiro discurso do Presidente. E muitas das vezes, nós se não apontarmos as coisas, nós obviamente não dizemos coisas, se calhar seria importante que nós disséssemos. Mas nem por isso fiquei magoado com o Presidente Tiago Batista. Nós não funcionamos assim. Nós não perseguimos autarcas, nem lhes retiramos brilhos e a fotografia que vocês falam. E a fotografia do que o João fala é uma fotografia em que estava o Álvaro Azedo, está o primeiro Secretário da Cimbal com um produtor de vinho e está obviamente o antigo Presidente da Junta de Freguesia e a antiga Presidente da Assembleia de Freguesia. E porque é que não havia de estar? Digam-me lá, porque é que não haviam de estar e porque é que não haviam de estar outras pessoas em várias fotografias no boletim. Não vejo nisso um problema ou o antigo Presidente da Junta de Freguesia da Amareleja fez assim um trabalho tão mau que não merecesse, obviamente estar numa fotografia no boletim, com certeza que não. -----

----- Obviamente que o Presidente Tiago teve muito relevo nas imagens que foram divulgadas nas redes sociais da Câmara e com muita honra da nossa parte e terá como qualquer outro Presidente de Junta de Freguesia, um merecido destaque, seja nas redes sociais da Câmara, seja no boletim municipal. Portanto, quanto a isso, não há qualquer tipo de perseguição seja com quem for. -----

----- Sobre a questão dos compromissos dos Ministros eu só falo em nome de ministros quando obviamente as coisas estiverem escritas em termos de compromissos. Porque eu só já acredito no que vejo, não acredito em muitas das coisas que me dizem. Acredito na boa-fé deles, na resolução dos problemas, quer da Ministra do Ambiente, quer da Ministra da Saúde no tocante aos processos dos quais temos vindo a falar, ao longo desta noite e na Assembleia Municipal. Mas quando houver um compromisso formal, serei a primeira pessoa, João. Agora nessa esparrela



não, portanto, não vou meter na minha boca coisas que ainda estou a aguardar, que os ministros façam nomeadamente por escrito, porque é isso que nos vincula aquilo que, obviamente por escrito, um membro do Governo faça em direção ao município de Moura. Quanto às questões da Casa Mortuária do Sobral da Adiça, pelo menos a mim não merece mais comentários, o município envolveu-se muito nessa obra, Presidente Hélder. Assinámos todos de boa-fé, o primeiro vínculo entre a Câmara e a Junta de Freguesia. A Câmara cumpriu, renegociámos, a Câmara cumpriu e pagou. Portanto, quanto a isso, estamos todos bem, não é verdade. E a Casa Mortuária está lá, não está Presidente, portanto, estamos todos satisfeitos, não estamos pronto, muito bem. --

-----Quanto às questões que o José Maria Pós-de-Mina colocou sobre o projeto de lei, eu vou verificar essa situação, nomeadamente, a participação dos serviços e enviar pessoalmente essa informação. Quanto à questão do plano de gestão da ZEC, eu recebi um contacto do gabinete da Ministra a dizer que tinha ido a Conselho de Ministros e que ia ser publicado. É essa a única informação que tenho porque foi um telefonema que me fizeram. Não tenho nem um e-mail, nem um ofício, portanto, a traduzir isso, tenho apenas um contacto telefónico que me foi feito e apenas isso. Quando obviamente for publicado quer eu, quer qualquer membro desta Assembleia Municipal, terão acesso àquilo que foi publicado e o município de Moura e o seu executivo reunirão com a Cooperativa Agrícola Moura Barrancos vão analisar esse processo e, obviamente, transmitirão a sua posição quanto ao diploma que for publicado. -----

-----Quanto ao ciclo urbano da água, o José Banha acrescentará mais qualquer coisa. Sobre a questão dos impedimentos e votações, há um pedido por escrito dos senhores vereadores da CDU, que terão a resposta formal também do núcleo jurídico da Câmara sobre esta matéria. Portanto, é tudo o que me oferece dizer sobre isso terá a resposta por escrito, que obviamente solicitaram. -----

-----José Gonçalo sobre o plano de urbanização Moura Ardila não há dados novos, há dificuldades por parte do promotor no tocante às questões ambientais, nomeadamente a questão dos morcegos, quando houver evolução, nós tivemos uma reunião relativamente há pouco tempo com eles. Continuamos a falar com o Ministério



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

do Ambiente, continuamos a falar com APA, quem diz nós dizem eles, obviamente, mas não é um processo fácil e não está a ser fácil. Agora vamos ver o que é que os próximos tempos dirão, mas não está a ser fácil por parte do promotor. -----

-----Quanto aos registos dos terrenos da Amareleja das atividades económicas, o José Banha responderá. Sobre a questão da circular aquilo que nós temos sobre o processo da circular, nós vamos enviar José Gonçalo, obviamente não será muito, mas aquilo que há nós faremos chegar. -----

-----Sobre as questões que o José Galego das obras em Safara, vamos lá ver, há muita obra feita e há muita obra em curso, há lançamento de empreitadas. Obviamente entre elas esta que aqui está, que ainda não foi falada nesta reunião, que é a obra do nosso mercado municipal e da melhoria dos serviços de contacto com os nossos municípios. E é uma grande obra que nós vamos mais uma vez fazer que engrandece o município, que engrandece esta casa e que devolve à população da cidade e do Concelho o seu mercado municipal. Com o novo figurino mais adaptado aos tempos, aos tempos que correm e o balcão único do município de Moura trará também melhorias na relação entre o município de Moura e os seus municípios.-----

-----Portanto, vamos continuar a apresentar muita obra até ao final do mandato e sei que isso chateia muita gente, mas nós vamos continuar a fazer esse caminho, superando dificuldades, aprendendo também porque nem sempre fazemos tudo bem, mas pagando a tempo e horas, cumprindo os nossos objetivos e, obviamente, respondendo perante a população sempre que a isso, nós tivermos que responder, seja em que aspeto for. Sobre a questão da ecopista, a ecopista é uma ecopista intermunicipal e é a Cimbal o promotor desse projeto. Os municípios de Serpa e de Beja estão ligadíssimos a este processo. Já houve uma reunião em Beja na Cimbal com o projetista. Eles estão a fazer o seu trabalho e eu espero tão breve quanto possível assim que tivermos o projeto de execução terminado, apresentá-lo também aqui, porque de facto é um projeto que nós temos uma memória do ramal de Moura, mas acho que nós temos que, tal como fizemos com a Gare, temos que criar novas memórias e por muito que gostássemos de ter o comboio, vamos lá ver as coisas são o que são. Temos que seguir em frente e penso que este ramal de Moura nos seus



cinquenta e qualquer coisa quilómetros pode ser, de facto, uma oferta turística diferenciadora, até mesmo na questão da zona de Beja, por exemplo, aquela mobilidade ligeira nos fluxos das pessoas a caminho dos postos de trabalho, aquele braço do Guadiana fabuloso em Serpa. Nós temos pouco ramal, temos ali cerca de sete quilómetros, mas para quem gosta de praticar desporto, para quem gosta de pedalar, não tenho dúvidas nenhuma que a ecopista do Ramal de Moura será um projeto, mais um para cumprir, mais uma obra para cumprir e ser um espaço de agradável para todos aqueles que gostam de pedalar ou que gostam de fazer caminhada e até de correr. E é um projeto, de facto, que une os três municípios e foi o município de Moura que mais se empenhou neste processo. Porque obviamente, correndo o risco de sermos acusados, porque é um projeto que nós tínhamos desde o primeiro mandato, mas às páginas tantas virámo-nos para os nossos colegas de Serpa e de Beja e dissemos, bom, quer dizer, vamos fazer uma ecopista de sete km quando temos um ramal com cinquenta e qualquer coisa quilómetros e podíamos estar todos juntos neste processo. Confesso que Beja no início não queria alinhar tanto e trouxe-nos algumas dificuldades, mas Serpa abraçou, desde logo a nossa ideia. A Cimbal, obviamente que foi o elemento agregador e começámos a trabalhar com o IP nesse processo e obviamente vamos ter essa obra e vamos ter esse equipamento ao serviço dos municípios de Moura, de Serpa e de Beja.” -----

-----No uso da palavra o vereador José Banha disse:-----
-----“Bom, queria retomar aqui, o tema da rede de águas em baixas e do financiamento. Naturalmente, nós, quando afirmamos aqui que é preciso cumprir no mínimo noventa por cento, é com base na orientação de gestão que o eleito Pós-de-Mina leu aí uma parte, mas depois tem que ler os outros pontos a seguir para explicar exatamente qual é o peso. Eu posso ler, mas onde nós nos baseamos neste processo, temos o apoio de um consultor de uma equipa de consultores para nos ajudar nesta candidatura pela complexidade. E aquilo que eu posso ler é exatamente nessa base da consultadoria, só o parágrafo em que nos é abordada esta questão. E diz-nos assim: “de acordo com a orientação de gestão que segue em anexo, data de um do nove de dois mil e vinte e cinco” e é verdade, isto é só de setembro de dois mil e vinte e cinco e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

não acompanhou o aviso, o aviso era antes, “as entidades gestoras dos sistemas municipais de abastecimento de água e ou de saneamento de águas residuais que pretendam obter financiamento comunitário para a realização de investimentos nas respetivas redes, devem apresentar em sede de candidatura um compromisso de trajetória tarifária que garanta que o indicador da cobertura de gastos se venha a situar entre os noventa e os cento e dez por cento, no ano de conclusão do projeto”. O que isto quer dizer é que se nós levarmos dois anos a fazer a obra, nós em dois anos temos que atingir no mínimo noventa por cento da cobertura de gastos, isto é obrigatório. Até porque depois aqui a orientação de gestão e que pressupõe essa questão, diz assim: “caso venha a verificar-se a divergência entre os compromissos assumidos e os resultados refletidos na ficha de avaliação das entidades gestoras, os mesmos deverão ser objeto de justificação pelo número sete incluindo um ponto a situação económica financeira da entidade gestora e o envio das pronúncias da ERSAR”. A ERSAR todos os anos envia um relatório sobre o tarifário nos municípios, tem uma tutela sobre esta matéria: “sobre as tarifas praticadas pela entidade gestora em cada ano, considera-se para os efeitos do período de análise a série temporal entre o ano anterior ao da aprovação da candidatura e o ano da conclusão do investimento”. Ou seja, aquilo que eles vão ver é: o meu amigo faz o investimento de x milhões, durante três anos está a decorrer um investimento, ao fim de três anos, tem que cumprir no mínimo os noventa por cento. Isso é o que está refletido na orientação e gestão e é isso que nós naturalmente estamos contra e queremos alterar e aí estamos de acordo. Agora que é obrigatório é, porque é um compromisso assumido pelo município que tem que fazer isso e por isso, em relação a essa matéria, discordamos um pouco ao início, porque não é só prometer que vai fazer trajetória é cumprir no final porque há critérios que depois vão ser avaliados e tem que ser cumpridos. Não é? Não fica na ideia de cada um ou na vontade de cada um, chegar a esse valor. É obrigatório, é avaliado e por isso é que a orientação de gestão tem estas alíneas todas que balizam exatamente o investimento que vai ser feito. Não é só o não cumprir inicialmente os noventa por cento. -----



-----Em relação à outra questão da UP 4 na Amareleja, bom a UP4 na Amareleja estamos a falar da zona de atividades económicas que foi feita a primeira fase. Para quem não sabe, isso já foi debatido em algumas reuniões de Câmara e penso que também na Assembleia já passei esta informação. Aquele investimento pressupunha três fases e era uma unidade de planeamento dividida em três fases. Só que quando foi feito o plano foi com efeitos registais e o que isso quer dizer com efeitos registais é que, no final do plano tinham que registar aquele plano e o plano não foi registado. E eu percebo até porque não foi registado, porque isto é a parte mais caricata da situação é que para se fazer a primeira fase tinha que se comprar ainda um terreno que era à entrada da primeira fase, ou seja, a Câmara não tinha posse desses terrenos. Tinha um plano em cima de um conjunto de terrenos, mas claro que não podia registar porque havia terrenos que não estavam em posse da Câmara, nomeadamente o que é agora a entrada, a entrada dessa zona. Como também não tinha em posse dois terrenos que estavam no plano e que as pessoas discordaram constantemente que não queriam que os seus terrenos fossem integrados na zona de atividades económicas, mas a Câmara insistia que iam ser. E para quem não conhece ou para quem conhece a zona agrícola, aquilo a que se chama a zona agrícola é uma zona que tem pelo menos uma empresa lá a operar e mais duas ou três de outra natureza, mas uma garantidamente está a operar, a previsão que estava prevista no plano, era mandar aquilo tudo abaixo. Mas eu também lhe posso dizer que quando andamos a rever o plano, eu falei com essa pessoa e a pessoa nem sabia, nem sonhava que a Câmara tencionava mandar aquilo tudo abaixo porque não falaram com ele e isso posso garantir porque eu falei com a pessoa. E isso era o plano que existia para a unidade de atividades económicas. O que é que teve de se fazer? Naturalmente, avançou-se com a primeira zona, da forma como estava, com os constrangimentos que os lotes tinham, porque também o projeto tinha aqui uma situação em que preconizava alguns lotes. Sendo todos eles da mesma dimensão, uns podiam construir cem metros, outros podiam construir cento e cinquenta metros, outros podiam construir duzentos metros, outros tinham só um piso, outros tinham dois pisos e naturalmente, para quem quer investir, é importante ter no seu lote a máxima



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

capacidade construtiva, porque normalmente as indústrias assim pretendem ter a maior capacidade de poder ter um maior negócio. Ter essa possibilidade não era possível, e quando se lançou em hasta pública os lotes, é verdade que havia investidores para todos e todos adquiriram os lotes. Passo seguinte, vamos registar esses lotes. Um problema nenhuma das conservatórias registava os lotes porque não foi feito o registo do plano todo. O que é que tivemos que fazer? E esse trabalho foi feito a par com a revisão do PDM. Foi retirar os terrenos das pessoas que não queriam, porque as pessoas estavam contra incluir estes terrenos e nós retirámos esses terrenos. Entretanto, para o investimento, tiveram que se comprar ainda dois terrenos onde está sobreposto a primeira fase e agora estamos numa situação em que é necessário registar os lotes a favor do município para passar para as pessoas que têm esse direito adquirido por hasta pública. Estamos a trabalhar nesse sentido, esperamos nos próximos dois, três meses estar concluído o novo loteamento. Permitiu o quê? Permitiu fazer mais, permitiu que os lotes tenham maior capacidade construtiva, vão ter todos e o que está previsto neste novo plano que se revê no loteamento é que todos os lotes vão ter a mesma área construtiva. Ou seja, duzentos metros em rés-de-chão e cem metros de construção no primeiro andar, todos eles, os vinte e dois lotes que já estão construídos. Porque efetivamente o regulamento que balizava o plano também não permitia, por exemplo, que uma oficina e houve um dos investidores nesta sala refletiu isso, porque o pé direito, o máximo que podia ter um pé direito do edifício eram quatro metros e que ia ter uma oficina alta ou quando tem que levantar com um elevador, isso foi o caso prático, um carro batia no teto, não podia e o homem disse, eu não vou investir com essas regras que estão definidas. Esperemos nos próximos noventa dias nós possamos concluir este processo e que possamos registar os lotes a favor da das pessoas e que os investimentos avancem. E foi por isso, por estes passos todos que nós temos estado aqui neste entrave e era isso que eu queria passar. Porque às vezes fala-se de forma muito leve, muito branda, mas não se diz as coisas como são, primeiro problema não estava registado o plano completo, segundo problema dentro do plano não havia terrenos que não estavam na posse do município e deviam estar. Por isso é que a Câmara para aí nos anos dois mil e quinze



ou dois mil e dezasseis ainda fez uma candidatura, mas é curioso candidatar uma zona industrial em que os terrenos não são da Câmara. Ainda houve essa candidatura, por isso foi recusada, e por isso, neste momento esperemos que nos próximos noventa dias, é um processo moroso, tem sido muito chato porque às vezes as pessoas com a insistência de querer investir, não estão cientes do problema, mas efetivamente o problema foi este, que se vai resolver nos próximos três meses". -----

-----No uso da palavra o Presidente Hélder Raposo frisou que estavam no ponto da informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, no entanto, o eleito referiu que lhe deu a sensação que tinham passado para uma Assembleia de Freguesia e que passava a ser fiscalizado o Presidente da Junta de Freguesia do Sobral no ponto dessa informação. No entanto o eleito frisou que se lhe permitissem respondia. O eleito prosseguiu frisando estar a referir-se à interpelação do eleito José Galego. E prosseguiu o eleito ressaltando que normalmente nem era um Presidente de Junta que era interpelado, mas que respondia com todo o gosto. O eleito Hélder Raposo frisou que o eleito José Galego estava a fazer várias confusões, uma vez que no Sobral, só tinha havido uma casa Mortuária, que era a atual casa mortuária, e frisou também que tem bastante orgulho e que foram pioneiros, inclusive até do que Moura. No entanto, o eleito frisou que estava uma pessoa do Sobral na sala, que era um bocadinho mais velha que o eleito e, que podia corrigir se estivesse errado. O eleito referiu que a casa mortuária do Sobral foi construída em mil novecentos e noventa e sete, ressaltando que foram os pioneiros no Concelho de Moura. Prosseguiu o eleito, frisando que não gostava de falar dos seus antecessores e que não gostava muito de olhar para o retrovisor, uma vez que isso normalmente dava tendência ao despiste. Prosseguiu o eleito ressaltando que no mandato dois mil e nove, dois mil e treze, em que o senhor João Diniz era o Presidente e estava na sala, tinha sido pensado pelo executivo e eram opções e o eleito frisou que não iria debater essas opções, no entanto frisou que foi pensado criar uma nova casa mortuária, uma vez que, a atual não apresentava as condições necessárias. O eleito frisou que começou a ser construída uma casa mortuária com base no projeto da casa mortuária de Santo Aleixo. O eleito Hélder Raposo frisou que o senhor eleito José Galego afirmou, que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Junta de Freguesia do Sobral nos vários mandatos, tinha sido beneficiada em relação a outras juntas e não estava em causa, uma vez que o eleito frisou que era a favor da casa mortuária da Póvoa ter sido paga a cem por cento. Prosseguiu o eleito frisando que não era verdade, porque a Câmara Municipal de Moura tinha dado um apoio para a atual casa mortuária de cento e trinta e quatro mil euros, números redondos e que estava nas informações da Câmara e pagou a obra na íntegra para a Póvoa no valor de trezentos e um mil euros, perfazendo uma diferença de cento e sessenta e seis mil euros. E por essa razão, o eleito ressaltou que nunca na vida a afirmação era verdadeira, uma vez que os números não mentiam e o eleito só tinha que fazer o esclarecimento, uma vez que lhe deu a sensação ter percebido da intervenção do eleito José Galego, que tinha havido mais apoio para uma casa mortuária e menos para outra e não era verdade e poderia comprovar pelas notas da Câmara Municipal. --

-----O eleito José Maria Pós-de-Mina no uso da palavra disse: -----

-----*“Era só duas questões, uma era sobre esta questão de estarmos a discutir a atividade municipal. O que estamos aqui a discutir é na perspetiva do apoio da Câmara. Não estamos a discutir aquilo que é a intervenção ou a atividade da Junta de Freguesia A,B ou C. E depois acho que até quero saudar as intervenções do Presidente da Junta de Freguesia da Amareleja e do Sobral da Adiça, porque tal como nós somos parte integrante da Assembleia Municipal e se a Assembleia Municipal integra os Presidentes das Juntas de Freguesia, é evidente que é para que os Presidentes das Juntas de Freguesia possam aqui defender os interesses das suas freguesias e expressar as suas opiniões. É por isso que aqui estão, não é por outra razão, não é por outra razão qualquer. Depois, sobre esta questão do ciclo urbano da água, uma parte daquilo que o senhor vereador Banha leu, não é que não está na orientação de gestão. A questão da obrigação, aquilo que o senhor leu inicialmente não está na orientação de gestão, nem está em nenhum documento emitido pela autoridade de gestão. Aquilo que eu li, a primeira parte, a parte que é obrigatório os noventa por cento, a questão da trajetória tarifária ascendente é correta, a questão da ERSAR depois verificar isso é correta, aquilo que eu li sobre o que é necessário apresentar, que é a tendência, são comunicações da autoridade de gestão. Agora*



voltamos a dizer que estamos de acordo que esta orientação de gestão devia ir para o lixo, agora não é estritamente obrigatório que durante o período de execução se atinja os noventa por cento, o que é obrigatório é demonstrar que se está a caminhar nesse sentido. Isto é o que eu estou a transmitir é informações providas da autoridade de gestão mediante pedido de esclarecimento, precisamente pelas dúvidas que eram suscitadas pela forma como estava escrita a orientação de gestão”.-----

-----No uso da palavra o eleito José Gonçalo referiu que pretendia colocar uma pergunta muito simples relativamente à zona industrial da Amareleja. O eleito questionou se o investimento foi cerca de dois milhões de euros ou foi mais, questionando se o executivo só se tinha apercebido desse problema dos lotes não serem pertença da Câmara no fim da obra, com a conclusão do investimento. -----

-----No uso da palavra o vereador José Banha disse:-----

-----“Vamos lá ver se em desenho se consigo desenhar, vamos lá ver, o que eu disse é que os lotes não. Eu não vou, não vou. Eu hoje até estou muito fofinho. Vou continuar fofinho, até se calhar com esse conselho ainda vou ser mais pausado, pode ser que assim atingimos a uma da manhã e cumpramos as oito horas de serviço entre ontem e hoje. Vamos lá ver aquilo também é bom haver aqui um “stand-up”, exatamente quando a gente não quer perceber, tem que ser um bocadinho assim com ironia, porque senão damos em loucos, de tanta resposta à mesma coisa. Passo a explicar, a zona industrial da Amareleja foi dividida em três zonas feita pelos senhores que tinham um plano. O que eu lhe estou a dizer é que na intenção de fazer a primeira zona ou que fosse a segunda ou a terceira, mas neste caso a primeira para fazer a primeira, tinha que comprar terrenos, que não tinha, quem os comprou foi um executivo que começou para aí em dois mil e dezassete. Esse é que o compraram, porque sem esse terreno não fazia essa zona, está a perceber e também lhe disse que por imposição das tais negociações, da boa negociação da CDU, quando está com os processos, também lhe disse de fonte segura que há dois proprietários que estavam incluídos, que ia incluir os terrenos nessa zona industrial, que as pessoas eram liminarmente contra, não queriam. O que é que iam fazer? À força iam expropriar os terrenos à força e também lhe disse, que uma terceira, que é a zona agrária, que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

uma zona muralhada com um hectare e tal ou dois quase dois hectares, onde há atividade económica, aí sim há atividade económica. Estava prevista uma escadaria, uma escadaria, também iam expropriar o terreno, porque as pessoas também não sabiam. Era isso o que iam fazer na zona industrial da Amareleja, iam expropriar terrenos à força porque as pessoas não queriam. É isso que eu lhe disse. Mas para fazer a primeira zona que lá está, esse milhão e seiscentos não é, não era que nós não sabíamos. Os lotes foram construídos depois. O que eu lhe disse foi os terrenos é que não estavam na posse do município, para avançar com a obra tinha que os comprar. E o que eu lhe disse é que fizeram uma candidatura em dois mil e quinze ou dois mil e dezasseis, à pressa uma candidatura a fundos comunitários, sem ter os terrenos em sua posse, sem o município ter os terrenos. Foi isso que eu lhe disse. Há alguma dúvida nisso ou não fui claro? Não respondi, então, mas qual é a pergunta? O problema coloca-se o registo, porque o plano na sua totalidade não foi registado quando foi feito, porque não o conseguiram registar porque não tinham os terrenos em sua posse. Este executivo conseguiu os fundos comunitários um milhão e duzentos ou um milhão e trezentos euros para fazer aquela obra que lá está. Não, mas não se pode registar por um erro vosso inicial. Agora sim, felizmente fizemos a obra. Se calhar foi um erro fazer a obra, não é? Para a CDU. Fizemos aquilo que não conseguiram fazer”.

-----No uso da palavra o eleito Tiago Batista referiu que pretendia retificar e esclarecer certos assuntos. O eleito frisou que não estava na Assembleia para alimentar polémicas nem coisas antigas, nem o que quer que fosse. O eleito frisou que sobre a questão do boletim foi apenas para esclarecer que não pretendia protagonismo nenhum. O eleito frisou que foi apenas um reparo e uma pergunta sem segundas intenções nem rasteiras. O eleito ressaltou que nem tinha sido o próprio que reparou. Prosseguiu o eleito frisando que o senhor Presidente da Câmara devia saber que o primeiro receio do eleito Tiago Batista quando chegou à Feira do Vinho, era mesmo esse, esquecer de alguém e questionou quem era que estava presente na sala para não se esquecer de ninguém de todas as entidades. Prosseguiu o eleito frisando que o que o senhor Presidente da Câmara lhe disse foi que olhasse para a plateia para ver quem estava, ressaltando que como não conhecia todas as pessoas, apesar da



Câmara conhecer, o eleito frisou não ter a certeza se esqueceu alguém e que se esqueceu foi um lapso, ressaltando que não foi intencional e repetiu que não vinha para a Assembleia alimentar polémicas, reforçando que estava na Assembleia para tratar de assuntos da freguesia da Amareleja, reforçando que o foco era tratar de assuntos da freguesia da Amareleja.-----

-----No uso da palavra o eleito José Maria Pós-de-Mina disse: -----

-----*“Era só para dizer que esta questão da zona industrial da Amareleja em termos de instrumentos de gestão do território, parece que é uma questão enguiçada. Já vem desde o PDM, onde o primeiro PDM em que a zona industrial da Amareleja estava localizada num sítio onde havia lotes de terrenos e vivendas, portanto, foi o primeiro enguiço. Pelos vistos aconteceram outros, mas acho que é uma matéria que importa pessoalmente e tendo em conta aquilo que são as informações que têm sido aqui transmitidas, acho que a CDU vai estudar o problema em detalhe para procurar perceber exatamente o que é que se tem passado relativamente a isso. Porque o que o plano fala em termos de registo é por unidade de execução e não da sua totalidade. Portanto, é o que está definido no artigo vinte e quatro do plano de pormenor, além de que o plano de pormenor foi aprovado em dois mil e quinze. Os senhores tomaram posse em dois mil e dezassete. Nós estamos em dois mil e vinte e seis, portanto, se há responsabilidade por questões não estarem resolvidas durante oito anos a caminhar para os nove, seguramente que não é da CDU. Seguramente é quem neste momento está a gerir o município e que tem que encontrar soluções para os problemas que foram encontrando e que tem que encontrar soluções e que lhe permitiu avançar, apesar de tudo com o processo, porque havia um trabalho prévio feito de aquisição de terrenos. Além de que, para a elaboração de um plano de pormenor não é obrigatório, portanto, que a Câmara seja proprietária dos terrenos. A regra geral dos planos de pormenor é que eles envolvem, não os planos de pormenor. Não é isso que está a dizer. Os planos de pormenor envolvem diversos proprietários, por isso é que se utiliza também do ponto de vista dos planos de pormenor, um princípio que os senhores, se calhar, não vos agradam ou não conhecem muito, que são os princípios da percolação, que é aquilo que coloca todos os proprietários que são objetos da aplicação do*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

instrumento de estudo territorial em condições de igualdade. Pronto, mas isso é uma matéria. Nós agora ficamos ainda mais despertos para a questão e acho que temos que abordar e se nós dessa avaliação que fizermos, verificamos que houve erros do ponto de vista daquilo que foi a intervenção da CDU, não deixaremos, como o fazemos sempre, de dar a mão à palmatória, porque não somos perfeitos e aquilo que procuramos sempre e procuramos fazer e é aquilo que procuramos agora é contribuir com a melhor informação que temos na ocasião para que os processos possam avançar”. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a discussão do último ponto da Ordem de Trabalhos da Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. -----

-----APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA-----

-----A fim de produzir efeitos imediatos e de acordo com o disposto nos números três e quatro, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de doze de setembro, foi elaborada a presente minuta que depois de lida, submetida à votação e **aprovada** por **unanimidade** dos **presentes**, com vinte e sete votos a favor, foi assinada, pelo Presidente André Eduardo Tita Gonçalves e pela Segunda Secretária, Maria Fialho Godinho Borralho Cabrita.-----

-----ENCERRAMENTO DA SESSÃO -----

-----Eram vinte e três horas e cinquenta minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e seis, quando o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão da qual se lavra a presente ata, que para constar e para os devidos efeitos foi por mim, Maria do Carmo Dias Ramos, funcionária nomeada para o efeito, redigida, sob responsabilidade da Segunda Secretária e que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e pela Senhora Segunda Secretária. -----

Ata N.º 6 – Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

----- O Presidente, André José da Silva Gonçalves -----
----- A Segunda Secretária, Maria Fialho Godinho Benalho Cabral -----

Ata N.º 6 – Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Assembleia Municipal de Moura | Praça Sacadura Cabral | 7860 - 207 - Moura | Tlf - 285 250 400 | Fax - 285 251 702 |

e-mail: assembleiamunicipalmoura@cm-moura.pt | www.cm-moura.pt